



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Maria Mikelly da Silva Ribeiro

ÊXODO RURAL EM CANÇÕES SERTANEJAS DOS ANOS 1980 E 1990:
a indústria cultural, diante da problemática do agronegócio

PICOS-PI

2025

MARIA MIKELLY DA SILVA RIBEIRO

**EXODO RURAL EM CANCOES SERTANEJAS DOS ANOS 1980 E 1990:
a indústria cultural, diante a problemática do agronegócio**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí/ Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Orientador: Dr. Fernando Muratori Costa

PICOS-PI

2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

R484e Ribeiro, Maria Mikelly da Silva.

Êxodo rural em canções sertanejas dos anos 1980 e 1990: a indústria cultural, diante da problemática do agronegócio./ Maria Mikelly da Silva Ribeiro – 2025.
59 f.

1 Arquivo em PDF

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB
Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Curso de Licenciatura Plena em História, Picos, 2025.
“Orientação: Prof. Dr. Fernando Muratori Costa”

1. Êxodo rural. 2. Música sertaneja. 3. Indústria cultural. I. Ribeiro, Maria Mikelly da Silva. II. Costa, Fernando Muratori. III. Título.

CDD 780.9

Elaborado por Sérvulo Fernandes da Silva Neto CRB 15/603



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 – Picos-Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2025, às 14h, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, **Maria Mikelly Da Silva Ribeiro** defendeu sua monografia sob o título “**ÊXODO RURAL EM CANÇÕES SERTANEJAS DOS ANOS 1980 E 1990: a indústria cultural, diante da problemática do agronegócio**”.

A banca foi constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Fernando Muratori Costa
Examinador 1: Prof. Dr. Rafael Ricarte da Silva
Examinador 2: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos

A banca fez as seguintes considerações:

- Recomenda-se uma revisão completa de língua portuguesa e normas da ABNT;

A banca deliberou pela APROVAÇÃO do candidato, tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 25 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br FERNANDO MURATORI COSTA
Data: 25/06/2025 17:34:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador (a): _____



Documento assinado digitalmente
RAFAEL RICARTE DA SILVA
Data: 03/07/2025 18:51:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador (a) 1: _____



Documento assinado digitalmente
RAIMUNDO NONATO LIMA DOS SANTOS
Data: 25/06/2025 17:57:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador (a) 2: _____

Ao Criador, que me sustentou e me deu a força
necessária para enfrentar uma realidade que,
por mais dolorosa que pareça, não há de
doer para sempre

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força e coragem para seguir até aqui. Por mais dolorosa que tenha sido a jornada, foi nela que encontrei a prova de que sou mais forte do que imaginava e que o Criador sempre esteve ao meu lado, mesmo quando tudo parecia desabar.

Ao meu orientador, Dr. Fernando Muratori Costa, expresso minha sincera gratidão pela paciência, pela orientação atenta e por acreditar na relevância deste trabalho desde o início. Sua escuta crítica e incentivo foram fundamentais para a construção desta pesquisa.

Aos meus pais e à minha irmã, pelo apoio constante e pela fé em minha capacidade. Em especial, agradeço à minha mãe, Graucimar Maria da Silva Ribeiro, que me inspirou a desejar levar educação àqueles que sonham, mas que, pelas adversidades da vida, não puderam concretizar esse desejo. Este trabalho também é por ela.

Agradeço, com todo o meu amor, à minha companheira Cláudia Fernanda, que sempre acreditou em mim, mesmo nos momentos mais difíceis. Seu apoio, cuidado, carinho e presença foram fundamentais para que eu não desistisse

Aos amigos Ricardo dos Santos e Lisandro Adelino, que me ensinaram o verdadeiro significado de amizade e compartilharam comigo não apenas as dificuldades, mas também as alegrias deste percurso. A Liandra Silva e Maria Clara Sousa, que dividiram os desafios do curso e tornaram essa caminhada mais leve e possível. À Danille Vieira e à Carolina Luiza, que, com palavras de incentivo e presença constante, me fortaleceram nos momentos de cansaço.

Por fim, estendo meu reconhecimento e gratidão a todos os(as) professores(as) que fizeram parte da minha formação. Cada aula, leitura e troca de saberes contribuíram para que eu me tornasse capaz de chegar até aqui mais crítica, mais sensível e mais consciente do meu papel no mundo.

RESUMO

Este estudo aborda a relação entre o êxodo rural, o agronegócio e a música sertaneja no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990. Durante esse período, o Brasil passou por intensas transformações no campo, impulsionadas pela modernização agrícola promovida pela Ditadura Militar e pela consolidação do modelo de agronegócio, o que gerou o deslocamento de grandes parcelas da população rural para os centros urbanos. A análise do processo de migração rural-urbana e de suas representações culturais, especialmente nas canções sertanejas, visa compreender as implicações sociais, econômicas e culturais do agronegócio e do êxodo rural. A pesquisa também investiga a ascensão da música sertaneja como um produto da indústria cultural, que, ao ser consumido em larga escala, refletiu as angústias e desafios enfrentados pelas populações migrantes. Ao explorar as narrativas de perda, saudade e adaptação presentes nas músicas sertanejas, este trabalho busca compreender como o gênero se tornou uma das principais formas de expressão das transformações do campo brasileiro. O estudo se apoia em teóricos como Maia e Antunes (2008), Dias (2014), Stedile e Fernandes (1999), entre outros, para analisar a intersecção entre os impactos do agronegócio, a política agrária da ditadura e a construção do imaginário rural na música popular. A pesquisa, portanto, contribui para uma reflexão crítica sobre as mudanças socioeconômicas e culturais no Brasil rural e urbano, destacando a música sertaneja como um importante instrumento de representação e memória.

Palavras-chave: Êxodo Rural, Agronegócio, Música Sertaneja, Indústria Cultural, Brasil, Décadas de 1980 e 1990.

ABSTRACT

This study addresses the relationship between rural exodus, agribusiness, and sertanejo music in Brazil during the 1980s and 1990s. During this period, Brazil underwent intense transformations in the countryside, driven by agricultural modernization promoted by the Military Dictatorship and the consolidation of the agribusiness model, which led to the displacement of large segments of the rural population to urban centers. The analysis of the rural-urban migration process and its cultural representations—especially in sertanejo songs—aims to understand the social, economic, and cultural implications of agribusiness and rural exodus. The research also investigates the rise of sertanejo music as a product of the cultural industry which, being consumed on a large scale, reflected the anxieties and challenges faced by migrant populations. By exploring the representations of loss, longing, and adaptation found in sertanejo music, this work seeks to understand how the genre became one of the main forms of expression of the transformations in the Brazilian countryside. The study is supported by theorists such as Maia and Antunes (2008), Dias (2014), Stedile and Fernandes (1999), among others, to analyze the intersection between the impacts of agribusiness, the land policies of the dictatorship, and the construction of the rural imaginary in popular music. The research, therefore, contributes to a critical reflection on the socioeconomic and cultural changes in rural and urban Brazil, highlighting sertanejo music as an important tool for representation and memory.

Keywords: Rural Exodus, Agribusiness, Sertanejo Music, Cultural Industry, Brazil, 1980s and 1990s.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REALIDADE DO ÊXODO RURAL NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO, PROMOVIDAS PELOS GOVERNOS MILITARES E, A GÊNESE DO AGRONEGÓCIO	14
2.1 O êxodo rural no Brasil nas décadas de 1980 e 1990	15
2.2 A política para o campo da Ditadura Militar focada na gênese do agronegócio	21
2.3 Origens do agronegócio e por que o Brasil o adota como o grande modelo do campo	25
2.4 A migração rural-urbana e seus impactos sociais e econômicos.....	30
3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A MÚSICA SERTANEJA NOS ANOS 1980 E 1990: CARACTERIZAÇÃO DO ESTILO E O PAPEL DA INDÚSTRIA CULTURAL.....	34
3.1. Características da música sertaneja nas décadas de 1980 e 1990	35
3.2 A música sertaneja e a indústria cultural no Brasil.....	37
3.3 Como a indústria cultural no Brasil adota o estilo sertanejo como uma das suas principais frentes	39
4. REPRESENTAÇÕES DO ÊXODO RURAL NAS CANÇÕES SERTANEJAS	41
4.1 A música sertaneja como reflexo das dificuldades do campo e do êxodo rural	42
4.2. Representações de saudade e perda nas músicas sertanejas dos anos 1980 e 1990...	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6. REFERÊNCIAS:.....	59

1. INTRODUÇÃO

O êxodo rural e a ascensão do agronegócio no Brasil estão diretamente relacionados, representando transformações profundas no campo social, econômico e cultural do país. Durante as décadas de 1980 e 1990, o Brasil vivenciou um movimento expressivo de migração das populações rurais para as cidades, um processo impulsionado, em grande parte, pela modernização do campo promovida pela Ditadura Militar (1964-1985) que será trabalhada no capítulo 1 deste presente trabalho. Esse processo de transformação do campo teve como um dos pilares a consolidação do agronegócio, um modelo que privilegiava a produtividade e a exportação, mas que gerou profundas mudanças nas dinâmicas rurais e impactou diretamente as populações que dependiam da agricultura familiar.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objeto a relação entre o êxodo rural, o agronegócio e a música sertaneja no Brasil, com foco nas décadas de 1980 e 1990. Busca-se compreender como a realidade social e cultural do campo foi representada nas canções sertanejas desse período e como essas representações dialogam com as transformações estruturais impulsionadas pelo agronegócio e pela migração rural-urbana.

O tema me foi apresentado, por meio da iniciação científica, onde tive a oportunidade de trabalhar o campo, a música e a influência do agronegócio dentro do campo. É válido mencionar que a música também é vista como forma de expressão cultural, e tem sido frequentemente explorada como uma ferramenta para influenciar e moldar as percepções coletivas. Dentro desse contexto, surge a preocupação com a propaganda presentes em muitas composições musicais, as quais muitas vezes retratam as populações camponesas de maneira distorcida, favorecendo narrativas específicas que podem não refletir fielmente a realidade vivenciada por essas comunidades.

Ao considerar a música sertaneja dos anos 1980 a 1990 e comparar essas representações com as realidades vivenciadas pelos camponeses, pretendo evidenciar as disparidades entre a imagem idealizada do campo e os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais. Através dessa análise, espera-se contribuir para uma compreensão mais crítica das dinâmicas entre a indústria cultural, o agronegócio e o êxodo rural. O objetivo principal, portanto, é compreender como essas representações e idealizações se relacionam com o deslocamento rural e as transformações no campo brasileiro.

De que maneiras (econômica, construção ideológica, sonoridade etc.) o agronegócio se relaciona com o contexto da música sertaneja e o êxodo rural?

Diante do questionamento apresentado, buscarei analisar as canções que idealizam o campo, retratando-o sem problemas, e como a migração do campo para a cidade está relacionada tanto à música quanto aos impactos ocasionados pelo agronegócio. Nesse contexto, examinarei de que maneira a indústria cultural — conceito desenvolvido por teóricos da Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno e Max Horkheimer — refere-se ao processo pelo qual a cultura popular é produzida e disseminada como mercadoria em massa, seguindo a lógica do mercado capitalista. Sob essa perspectiva, produtos culturais, como a música sertaneja comercial, são padronizados e direcionados para o consumo de grandes audiências, o que tende a uniformizar gostos e opiniões, suprimir a crítica social e promover ideologias dominantes. No caso do sertanejo, isso implica a transformação de manifestações culturais originárias do campo em produtos que naturalizam a migração rural, suavizam conflitos sociais e constroem uma imagem positiva do agronegócio, contribuindo para a sua legitimação social e econômica.

A política agrária da ditadura que será tratada no capítulo 1, com seu foco na mecanização e no incentivo à produção em larga escala, teve como consequência o deslocamento de milhares de trabalhadores rurais, muitos dos quais se viram obrigados a migrar para as periferias urbanas em busca de trabalho e melhores condições de vida. De acordo com Stedile e Fernandes (1999), a transição do modelo agrário para o agronegócio foi marcada pela substituição do latifúndio tradicional por grandes propriedades mecanizadas voltadas para a produção em larga escala, o que aprofundou a concentração fundiária e a exclusão de pequenas propriedades.

Nesse contexto, o agronegócio se consolidou como um dos principais motores da economia brasileira, sendo frequentemente exaltado como uma solução para o desenvolvimento rural e o crescimento do país. Contudo, esse modelo trouxe consigo diversos custos sociais e ambientais, gerando uma série de contradições que perduram até os dias de hoje. Embora tenha promovido uma modernização agrícola que posicionou o Brasil como um dos maiores exportadores de *commodities* do mundo, o agronegócio também perpetuou desigualdades no campo, ao favorecer grandes produtores e ao negligenciar a agricultura familiar.

A migração rural-urbana e a sua representação cultural nas músicas sertanejas dos anos 1980 e 1990 são elementos fundamentais para entender as transformações vividas nesse período. A canção sertaneja, que se consolidou como um dos principais gêneros musicais do Brasil, tornou-se uma importante expressão das dificuldades e angústias das populações migrantes. Maia e Antunes (2008) argumentam que a música sertaneja, ao ser incorporada à

indústria cultural, passou a ser vista como um produto de consumo que não apenas refletia as experiências do campo, mas também ajudava a moldar a percepção urbana do rural.

Ao mesmo tempo em que refletia as saudades e as perdas relacionadas ao campo, a música foi absorvida pela indústria da música, tornando-se um produto de consumo que dialogava com a realidade dos migrantes e com a ascensão do agronegócio. Esse fenômeno de industrialização da música sertaneja foi fundamental para, no âmbito da análise historiográfica, ampliar o acesso às representações do universo rural e permitir um diálogo mais complexo entre memória, identidade e transformações sociais.

Minhas escolhas metodológicas privilegiaram a abordagem interdisciplinar, combinando análise textual das letras, estudo das condições históricas de produção e circulação das músicas, e uma leitura crítica da indústria cultural, para compreender como o sertanejo articulou experiências e discursos do meio rural no contexto das transformações econômicas e sociais do país.

A análise das músicas sertanejas desse período permitirá identificar as representações de perda, saudade, adaptação e resistência presentes nas canções que marcaram uma época de transição no Brasil. Tais composições, ao invés de problematizarem as contradições materiais do espaço agrário, tendem a estetizar a ruralidade, oferecendo ao ouvinte uma imagem pacificada e idealizada do campo.

O presente trabalho tem como objetivo central, a análise crítica referente as narrativas simbólicas do meio rural na música sertaneja, dentro do período de 1980 e 1990, investigando como que a indústria cultural molda essas imagens em meio a problemática do agronegócio, e como essas problemáticas resultam na migração rural-urbana, direta e indiretamente, ademais, a proposta dessa pesquisa, busca analisar as relações entre o êxodo rural, o agronegócio e a música sertaneja, buscando compreender como a realidade social e cultural do campo foi representada nas canções sertanejas das décadas de 1980 e 1990. O estudo propõe-se a investigar como a canção, enquanto fenômeno cultural, pode servir como uma lente para observar as transformações no campo e as tensões geradas pela migração rural-urbana.

Nesse contexto, é fundamental considerar a música sertaneja não apenas como uma expressão artística ou entretenimento popular, mas como um veículo simbólico que comunica narrativas específicas sobre o espaço rural, suas mudanças estruturais e seus agentes sociais.

Ao refletir sobre as canções produzidas nas décadas de 1980 e 1990, torna-se evidente uma tensão latente entre a idealização nostálgica do campo — frequentemente retratado como um espaço de pureza, afeto e tradição — e as novas dinâmicas econômicas e sociais impulsionadas pelo avanço do agronegócio e pela modernização conservadora. Esse conceito

refere-se ao processo de modernização promovido pelo Estado brasileiro, especialmente durante a Ditadura Militar (1964-1985), que buscou transformar o campo por meio da mecanização, da expansão do agronegócio e da implementação de políticas agrárias voltadas para o aumento da produção e da produtividade. Contudo, essa modernização ocorreu dentro de um projeto político e social conservador, que não visava a transformação estrutural das relações de poder no meio rural, mas sim a manutenção da concentração fundiária e das desigualdades sociais existentes. Assim, a modernização conservadora não democratizou o acesso à terra nem promoveu a inclusão dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais; pelo contrário, fortaleceu as desigualdades estruturais, intensificou o êxodo rural e deslocou milhares para as cidades. Dessa forma, trata-se de uma modernização que preserva as bases conservadoras da estrutura social rural, aprofundando exclusões e conflitos no meio rural. A análise dessas letras permite perceber como a cultura popular pode funcionar simultaneamente como instrumento de resistência simbólica e como mecanismo de reprodução de discursos hegemônicos que silenciam os conflitos e as exclusões vividas pelos trabalhadores rurais.

A argumentação referente ao agronegócio se torna de extrema importância, vista a necessidade de compreender seus processos e o que o liga ao sertanejo atual trazendo à tona também os problemas ocasionados pelo agronegócio, ademais, pode auxiliar as pessoas a compreenderem como o agronegócio consegue ser visto de forma positiva, mesmo tendo tantos problemas ambientais e sociais, ocasionados direta e indiretamente por ele. Essa visão propõe a ser ainda mais necessária, vista a questão da problemática do êxodo rural e as representações associadas a isso nas canções sertanejas.

Para fundamentar a análise, foram selecionadas canções populares sertanejas das décadas de 1980 e 1990, cujas letras serão interpretadas à luz do contexto histórico, com apoio em autores da história social e crítica da cultura. Complementarmente, foram consultadas fontes jornalísticas da época para reforço contextual.

As músicas escolhidas são: *Fogão de Lenha* (Chitãozinho e Xororó, 1985), *Estrada da Vida* (Milionário e José Rico, 1982), *Chalana* (Almir Sater, 1989), *Saudade da Minha Terra* (Belmonte e Amaraí, 1966) e *Baião de Coco* (Tião Carreiro e Pardinho, 1996). A escolha dessas canções se justifica pela representatividade que possuem na construção do imaginário rural sertanejo e pela presença de temáticas relacionadas à migração e ao campo.

A compreensão da música sertaneja como fenômeno cultural nas décadas de 1980 e 1990 exige o recurso ao conceito de indústria cultural, elaborado por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985), no contexto da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Segundo os autores, o mercado fonográfico transforma produtos artísticos e culturais em mercadorias padronizadas,

produzidas em série e voltadas ao consumo de massa, esvaziando seu potencial crítico e promovendo a homogeneização dos gostos.

A cultura, nesse modelo, deixa de ser expressão autêntica das vivências populares para tornar-se instrumento de reprodução ideológica, operando pela lógica do mercado e do entretenimento. No caso da música sertaneja, essa lógica se manifesta na reformulação de sonoridades, na idealização do campo e na simplificação temática das letras, que passaram a refletir menos os conflitos do mundo rural e mais as exigências do mercado fonográfico urbano.

Outro conceito fundamental para a análise proposta neste trabalho é o de modernização conservadora, utilizado por intelectuais como Celso Furtado e, sobretudo, José de Souza Martins (1994), para descrever o tipo de desenvolvimento rural ocorrido no Brasil durante o século XX. Diferentemente de processos modernizadores que promovem a inclusão social e redistribuição de riqueza, o desenvolvimento sem reforma agrária refere-se à introdução de técnicas modernas de produção como a mecanização agrícola e o uso de insumos industriais, sem a correspondente transformação nas estruturas fundiárias e sociais.

Essa dinâmica favoreceu a concentração de terras, o fortalecimento do agronegócio e o consequente êxodo rural. A música sertaneja, ao ser cooptada pela indústria cultural no mesmo período, atuou de forma ambígua nesse processo, ora evocando nostalgias e afetos do campo perdido, ora servindo como suporte simbólico para legitimar a nova ordem rural imposta pelo capital.

De forma contínua, este estudo propõe analisar os escritos de autores como Ana Manuela Chã e Alessandro H. C. Dias, dentre outros, para fomentar a discussão. A literatura sobre o campesinato e a indústria cultural oferece uma perspectiva fundamental para entender como a música sertaneja pode servir a interesses que vão além da representação cultural, funcionando como uma ferramenta de propaganda do agronegócio, que muitas vezes ignora ou até exacerba os fatores que contribuem para o êxodo rural.

Segundo REIS (2021), a construção do imaginário rural nas canções sertanejas das décadas de 1980 e 1990 foi fundamental para que o circuito comercial musical consolidasse esse estilo como um dos principais produtos de consumo no Brasil. Esse estudo se insere, portanto, na interseção entre a história social, a cultura e a economia, oferecendo uma reflexão crítica sobre os impactos da modernização do campo e suas repercussões nas representações culturais da época.

A relevância deste estudo está em compreender as complexas interações entre o modelo de desenvolvimento rural adotado pelo Brasil, os impactos do agronegócio na vida rural e as formas de expressão cultural que emergiram desse processo. Ao investigar as visões culturais

do êxodo rural nas músicas sertanejas, busca-se também compreender como a indústria cultural no Brasil apropriou-se desse gênero musical e o utilizou como uma das suas principais frentes de mercado.

Em termos acadêmicos, o estudo contribui para o diálogo entre história social, cultura e economia. Socialmente, oferece uma reflexão crítica sobre as consequências sociais e ambientais do agronegócio e da migração rural-urbana, além de evidenciar a construção cultural dessas temáticas. Em nível pessoal, a pesquisa dialoga com minha trajetória de iniciação científica e o interesse em compreender criticamente a realidade do campo brasileiro.

O capítulo 1 deste presente trabalho abordará a política agrária da Ditadura Militar (1964-1985), que teve como um dos pilares a modernização do campo, especialmente através da mecanização e incentivo à produção em larga escala. Será tratado como essa política teve como consequência o deslocamento de milhares de trabalhadores rurais, gerando o êxodo rural.

O capítulo 2 busca abordar a contextualização da música sertaneja nos anos 1980 e 1990, período em que o gênero se consolidou como um dos mais populares do Brasil. Será feita uma caracterização do estilo, destacando suas raízes e transformações, bem como o papel da indústria da música no processo de massificação desse gênero musical. Além disso, analisarei como o mercado fonográfico brasileiro adotou a música sertaneja como uma de suas principais frentes, utilizando elementos regionais para dialogar com o público em âmbito nacional. O capítulo também discutirá as principais duplas sertanejas da época, apresentando suas trajetórias e o impacto de suas obras no contexto sociocultural brasileiro.

O terceiro capítulo realizará uma análise detalhada de músicas sertanejas selecionadas, com foco nos discursos do deslocamento rural presentes nas letras, sendo elas, *Fogão de Lenha* (Chitãozinho e Xororó, 1985), *Estrada da Vida* (Milionário e José Rico, 1982), *Chalana* (Almir Sater, 1989), *Saudade da Minha Terra* (Belmonte e Amarai, 1966) e *Baião de Coco* (Tião Carreiro e Pardinho, 1996). A investigação buscará identificar de que maneira as composições traduzem a realidade da migração do campo para as cidades, revelando os sentimentos, desafios e mudanças associados a esse fenômeno.

O objetivo é compreender como essas músicas serviram como uma forma de registro cultural e expressão das transformações vividas pelas populações rurais, funcionando tanto como narrativa simbólica desse período histórico, buscando analisar também como o agronegócio utiliza essas canções a seu favor.

2. REALIDADE DO ÊXODO RURAL NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO, PROMOVIDAS PELOS GOVERNOS MILITARES E, A GÊNESE DO AGRONEGÓCIO

O presente capítulo tem como objetivo examinar a realidade do êxodo rural brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, período marcado pelo aprofundamento das desigualdades no campo e pela consolidação de políticas econômicas e agrárias que favoreceram o grande capital em detrimento dos pequenos produtores e trabalhadores rurais. A partir de uma perspectiva histórica e crítica, busca-se compreender como o modelo de modernização conservadora proposto por José de Souza Martins (1994), e implementado durante a Ditadura Militar (1964-1985) e mantido em grande parte nos anos seguintes, contribuiu para a concentração fundiária, a mecanização da produção agrícola e a expulsão de milhares de famílias do meio rural.

Para guiar a análise, o capítulo responde a algumas questões centrais: quais políticas públicas implementadas pelos governos militares moldaram a estrutura agrária brasileira e impulsionaram o êxodo rural? Como o agronegócio se consolidou como pilar da economia nacional a partir dos anos 1980 e 1990? Quais foram os impactos sociais e culturais desse deslocamento em massa, tanto no campo quanto nas cidades? E de que forma a música sertaneja dessas décadas, enquanto produto cultural e mercadológico, dialogou com essas transformações, expressando e, ao mesmo tempo, suavizando as contradições desse processo?

Para responder a essas questões, o capítulo está estruturado em três eixos principais. O primeiro eixo (2.1) analisa o fenômeno do êxodo rural entre 1980 e 1990, destacando os fatores que levaram milhões de pessoas a deixarem o campo, como a ausência de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, a introdução de tecnologias da Revolução Verde e a precariedade da infraestrutura rural. O segundo eixo (2.2) discute o papel das políticas estatais e da modernização conservadora durante a Ditadura Militar na gênese do agronegócio, abordando programas como o Estatuto da Terra (1964), incentivos fiscais e créditos subsidiados que beneficiaram grandes latifundiários e empresas agroindustriais. Por fim, o terceiro eixo (2.3) reflete sobre como o avanço do agronegócio e a migração rural-urbana repercutiram culturalmente, com destaque para a transformação do gênero sertanejo, que passou a ser moldado pela indústria cultural como um veículo de nostalgia e consumo, suavizando as tensões sociais relacionadas ao campo.

Com essa abordagem, o capítulo busca revelar como o êxodo rural não foi apenas resultado de fatores econômicos, mas parte de um projeto mais amplo de reorganização produtiva e social do espaço agrário, em que a cultura — especialmente a música sertaneja —

desempenhou papel estratégico na construção de narrativas conciliadoras que ajudaram a naturalizar as transformações em curso.

2.1 O êxodo rural no Brasil nas décadas de 1980 e 1990

O êxodo rural, caracterizado pela migração de populações do campo para os centros urbanos, intensificou-se no Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970, mas encontrou nos anos 1980 e 1990 um cenário de aprofundamento. Esse movimento foi influenciado por transformações estruturais, como a modernização do campo e a consolidação do agronegócio. (CHÃ, 2016) Paralelamente, a música sertaneja despontava como um produto cultural em ascensão, integrando as contradições da modernidade rural e urbana e estabelecendo uma ponte emocional e simbólica entre os que permaneceram no campo e os que migraram para as cidades. (MAIA E ANTUNES, 2008)

Este capítulo examina uma contextualização das questões agrárias desse período entre 1980 a 1990 e aborda a realidade da migração do campo para a cidade, intensificado pelo modelo de modernização conservadora¹ (MARTINS, 1994) e adotado pela ditadura militar, as políticas de incentivo à mecanização e concentração fundiária, as origens do agronegócio e os motivos que levaram o Brasil a utiliza-lo como um dos pilares de sua estratégia econômica com foco nas canções sertanejas das décadas de 1980 e 1990, caracterizado pela migração de populações do campo para os centros urbanos.

Esse processo contribuiu para a intensificação do êxodo rural. Pequenos proprietários, incapazes de competir com grandes produtores, migraram em massa para cidades médias e grandes, especialmente para regiões metropolitanas, como São Paulo e Goiânia. Esse movimento resultou no inchaço das periferias urbanas e na intensificação de problemas sociais, como o desemprego, a informalidade e a falta de habitação.

Com a abertura econômica promovida nos anos 1990 e a adoção de políticas neoliberais, como privatizações e desregulamentações, o agronegócio se consolidou como um dos pilares da economia brasileira (CHÃ, 2016). Essa década viu o avanço das monoculturas destinadas à exportação, como soja e café, e a expansão das fronteiras agrícolas para o Centro-Oeste e o Norte do país.

¹ Refere-se a um processo em que se promovem transformações materiais e institucionais, notadamente no âmbito econômico, técnico e infraestrutural, sem que haja uma ruptura com as estruturas sociais, políticas e de poder previamente estabelecidas. Sendo assim, resulta em uma modernização "superficial", na medida em que as inovações são incorporadas para atender às exigências do capital e da produtividade, mas mantêm-se inalteradas as hierarquias sociais, os privilégios das elites e a exclusão das classes subalternizadas.

Na esfera cultural, os anos 1990 representaram a era de ouro do sertanejo romântico, com artistas como Zezé Di Camargo & Luciano e Leandro & Leonardo atingindo o topo das paradas musicais. Suas letras refletiam o sentimento de perda e saudade associado ao deslocamento rural, ao mesmo tempo em que se adaptavam às demandas de uma indústria cultural cada vez mais globalizada (REIS, 2021. p.122.).

Essa transição não foi apenas estética, mas também uma resposta ao êxodo rural e às demandas de um público cada vez mais urbano. O sertanejo romântico oferecia uma narrativa nostálgica que permitia aos migrantes rurais reafirmarem suas identidades culturais em meio às dificuldades da vida urbana. Ao mesmo tempo, o gênero se consolidava como um produto rentável dentro da indústria da música, com grande alcance nas rádios, televisões e gravadoras.

As letras de canções sertanejas das décadas de 1980 e 1990 frequentemente abordavam temas como a saudade do campo, a dureza da vida na cidade e a idealização de uma vida rural perdida. Músicas como "Saudade da Minha Terra" (Goiá e Belmonte) e "Estrada da Vida" (Milionário & José Rico) tornaram-se hinos de uma geração de migrantes que, apesar de terem deixado o campo, carregavam consigo suas memórias saudosas.

Essas narrativas ajudaram a construir um imaginário coletivo sobre a migração do campo para a cidade, ao mesmo tempo em que mascaravam as causas estruturais do fenômeno. Enquanto as canções falavam de saudade e raízes, raramente denunciavam as desigualdades agrárias ou as políticas econômicas que sustentavam o agronegócio. O sertanejo de raiz, que retratava o cotidiano rural com simplicidade e autenticidade, cedeu espaço ao sertanejo romântico, que incorporava elementos da música pop e buscava maior apelo comercial.

Embora o sertanejo abordasse os sentimentos de perda e deslocamento dos migrantes, pouco explorava as dinâmicas de poder que perpetuavam essas desigualdades. Essa omissão reflete o papel da indústria cultural em moldar narrativas que atendem aos interesses de uma sociedade de consumo, evitando confrontos diretos com estruturas hegemônicas.

No contexto do êxodo rural, o campo passou a ser retratado nas canções sertanejas como um espaço simbólico, carregado de significados idealizados. Ele não representava apenas o lugar de origem dos migrantes, mas também um refúgio emocional diante das adversidades da vida urbana. Esse campo imaginário era associado a valores como simplicidade, autenticidade e conexão com a natureza, em contraste com a pressa, o individualismo e os desafios das cidades.

Essa idealização, embora legítima em seu apelo emocional, ignorava a realidade de muitos trabalhadores rurais que viviam em condições de pobreza, com acesso limitado a serviços básicos e submetidos a relações de trabalho exploratórias. Ao romantizar o campo, as

canções acabavam por diluir o debate sobre as injustiças que impulsionaram o deslocamento rural, desviando a atenção das políticas públicas e dos impactos do agronegócio. (STEDILE; FERNANDES, 1999).

Apesar de suas limitações em abordar as questões estruturais, o sertanejo desempenhou um papel significativo na construção de uma identidade cultural compartilhada. Para os migrantes, ouvir as canções que exaltavam o campo e narravam histórias de saudade e superação era uma forma de manter vivas suas raízes e de resistir simbolicamente à alienação da vida urbana.

Além disso, o sertanejo conectou gerações e geografias, os pais, que haviam migrado do campo, encontravam nas músicas uma forma de transmitir aos filhos a memória e os valores de sua terra natal. Da mesma forma, os ouvintes urbanos que nunca haviam vivido no campo encontraram no gênero uma narrativa que romantizava um Brasil “profundo” e “autêntico”, frequentemente idealizado pelas classes urbanas.

A indústria da música soube explorar a saudade como uma *commodity*², transformando o sofrimento e a nostalgia em produtos vendáveis. As gravadoras e os meios de comunicação, como rádios e programas de televisão, criaram um ambiente propício para o sucesso do sertanejo romântico, embalando a saudade rural em melodias e letras acessíveis ao grande público.

Esse processo de mercantilização, no entanto, trouxe contradições. Por um lado, as músicas permitiram que os sentimentos de deslocamento e perda fossem expressos e compartilhados. Por outro, a simplificação e a comercialização dessas experiências despolitizaram as causas da migração rural-urbana, colocando a responsabilidade exclusivamente no nível pessoal, e não no estrutural.

Nos anos 1980 e 1990, o crescimento do sertanejo esteve diretamente ligado à expansão dos meios de comunicação e à profissionalização do mercado musical. Programas televisivos, como os de auditório, e festivais sertanejos foram fundamentais para divulgar os artistas e consolidar o gênero. As gravadoras, por sua vez, investiram na criação de uma imagem específica para os cantores sertanejos, associando-os à ideia de “românticos do campo”. Essa influência se estendeu além da música, alcançando novelas, filmes e outros produtos culturais que, direta ou indiretamente, reforçavam os imaginários construídos pelo gênero.

A transição não foi apenas estética, mas também uma resposta ao deslocamento rural e às demandas de um público cada vez mais urbano. Ainda, o sertanejo romântico abriu caminho

² O termo *commodity* se refere a produtos primários ou matérias-primas que são produzidos em larga escala e que possuem características padronizadas, ou seja, são intercambiáveis entre diferentes produtores e mercados.

para o surgimento de novos estilos e fusões musicais, como o sertanejo universitário, que dominaria as paradas nas décadas seguintes. Apesar de suas diferenças estilísticas, esses novos subgêneros continuaram a dialogar com as questões do campo e da cidade, mesmo que de forma menos explícita.

A análise da migração do campo para a cidade e da problemática do agronegócio no contexto das canções sertanejas dos anos 1980 e 1990 revela uma complexa intersecção entre cultura, economia e sociedade. Enquanto o sertanejo capturava a dor e a saudade dos migrantes, a indústria cultural moldava essas narrativas para atender às demandas do mercado, promovendo uma visão nostálgica que pouco confrontava as desigualdades estruturais.

Esse paradoxo reflete as contradições da modernidade brasileira: o campo foi transformado em um espaço de produtividade e lucro, mas também de exclusão e nostalgia. Por meio do sertanejo, o Brasil urbano reconectou-se simbolicamente com suas raízes rurais, ainda que de forma superficial.

O legado desse período está não apenas na música, mas também na maneira como a cultura popular pode servir tanto para resistir quanto para acomodar-se às forças econômicas e sociais dominantes. O sertanejo do século XX é, ao mesmo tempo, uma expressão autêntica de uma mercadoria cuidadosamente moldada pelo mercado fonográfico, refletindo as contradições de um país em transição. Durante esse período, o deslocamento rural foi impulsionado por falta de políticas públicas para sustentar populações no meio rural.

O avanço da modernização no campo, promovido pela Revolução Verde³ a partir das décadas anteriores, atingiu um ponto crítico nos anos de 1980. A introdução de novas tecnologias, como máquinas agrícolas, sementes geneticamente modificadas e o uso intensivo de fertilizantes e pesticidas, aumentou a produtividade, mas também concentrou a produção em grandes propriedades voltadas para o agronegócio.

Os pequenos agricultores, sem acesso a crédito e recursos tecnológicos, enfrentaram dificuldades para competir com os grandes latifundiários, como podemos brevemente observar, de acordo com Fernandes (2011, p.2-9), muitos foram obrigados a vender suas terras ou abandoná-las, intensificando o êxodo rural. Esse processo levou à consolidação da

³ A Revolução Verde refere-se a um conjunto de inovações tecnológicas e agrícolas implementadas a partir da década de 1940, com maior intensidade nas décadas de 1960 e 1970, que buscaram aumentar a produtividade agrícola por meio da introdução de sementes melhoradas (alto rendimento), uso intensivo de fertilizantes químicos, pesticidas, mecanização e irrigação modernizada. Esse processo promoveu um salto produtivo significativo, principalmente em países em desenvolvimento, mas também provocou profundas transformações socioeconômicas, como a concentração fundiária, a marginalização dos pequenos agricultores e impactos ambientais. Autores como Altieri (1995) e Fernandes (2011) destacam que, embora tenha aumentado a produção de alimentos, a Revolução Verde contribuiu para a desigualdade social no meio rural e para a intensificação do êxodo rural em muitos países, incluindo o Brasil.

monocultura, especialmente de produtos voltados para exportação, como soja, café e cana-de-açúcar, e reduziu a diversidade da produção agrícola familiar, historicamente voltada para o abastecimento interno.

A concentração fundiária no Brasil tem sido historicamente elevada, refletindo uma distribuição desigual de terras que impacta diretamente as dinâmicas sociais e econômicas do país. De acordo com o “Censo Agropecuário de 1985”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os estabelecimentos rurais com área inferior a 10 hectares representavam 53,8% do total de propriedades, mas ocupavam apenas 2,4% da área total. Em contraste, propriedades com mais de 1.000 hectares constituíam 1,6% dos estabelecimentos, porém abrangiam 46,8% da área total. Esses dados evidenciam a elevada concentração de terras nas mãos de poucos proprietários.

Na década de 1990, essa desigualdade persistiu. Conforme o “Censo Agropecuário de 1995-1996”, também do IBGE, estabelecimentos com menos de 10 hectares representavam 47,9% do total, ocupando apenas 2,3% da área agrícola. Por outro lado, propriedades com mais de 1.000 hectares correspondiam a 1,5% dos estabelecimentos, mas detinham 45% da área total. Esses números indicam que, apesar de pequenas variações, a concentração fundiária manteve-se praticamente inalterada entre as décadas de 1980 e 1990.

A manutenção dessa estrutura fundiária contribuiu significativamente para o êxodo rural. A expansão das grandes propriedades, muitas vezes voltadas para a agricultura mecanizada e de exportação, reduziu as oportunidades de trabalho para pequenos proprietários e trabalhadores rurais. Sem acesso à terra e enfrentando o desemprego estrutural no campo, muitos migraram para os centros urbanos em busca de melhores condições.

Além disso, os conflitos no campo, motivados pela disputa por terras, tornaram-se frequentes. Organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ganharam força nesse período, denunciando a exclusão social no campo e reivindicando a reforma agrária, como veremos afrente, apesar de algumas conquistas pontuais, a falta de políticas estruturais aprofundou a precariedade no meio rural e acelerou a migração.

Para uma melhor compreensão, segundo o artigo intitulado “Reforma agrária popular a luta pela terra no Brasil” publicado em 6 de abril de 2020, disponível no site, Tricontinental, vejamos que nos anos de 1940 a 1960 a luta pela reforma agrária e pela transformação social, vem ganhando formas organizativas mais solidas, sendo exemplos, as ligas camponesas e o movimento de agricultores sem-terra, que vieram a realizar diversas ocupações e acampamentos. Entretanto, essas experiências logo foram destruídas, desta vez, pela ditadura cívico militar, um sistema ditatorial que vigorou no país por 21 anos, de 1964 a 1985, entretanto

tais movimentos vieram a se reconstruir no final dos anos de 1970 e os inícios de 1980. A ditadura cívico militar se tornara insustentável, abrindo assim espaço para o avanço das lutas sociais, neste dado momento as diversas organizações foram responsáveis por formarem organizações políticas, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Ademais, no campo essa situação pouco se diferenciava, sendo os pós “Revolução Verde” que acabou expulsando milhares de trabalhadores do campo, referente as questões socioeconômicas desse processo não se apresentam de maneira positiva, sendo no ano de 1984 o surgimento do MST, que veio a se constituir com base em três objetivos: luta pela terra, reforma agrária e transformação social. Sendo no primeiro encontro nacional dos trabalhadores rurais sem-terra, no dia 21 de janeiro na cidade de Cascavel estado do Paraná, um ano mais tarde vieram a ser definidos os princípios do movimento e a maneira de atuação, tendo como lemas “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a única solução”. (Guitarra, 2025)

A ausência de infraestrutura e serviços básicos no campo foi outro elemento central para o êxodo rural. Escolas, hospitais, estradas e saneamento básico eram escassos ou de má qualidade em grande parte das áreas rurais. Isso não apenas dificultava a vida dos moradores, mas também limitava as oportunidades de desenvolvimento econômico e social, levando muitas famílias a buscar melhores condições nas cidades.

O êxodo contribuiu para o crescimento acelerado das cidades, especialmente das grandes metrópoles como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. As populações urbanas inchavam com a chegada de migrantes rurais, que se concentravam nas periferias, geralmente em condições precárias. Faltava infraestrutura para atender às novas demandas, e a explosão demográfica gerou problemas como falta de moradia, desemprego, violência e exclusão social.

As cidades médias, especialmente no interior de estados como São Paulo, Goiás e Mato Grosso, também receberam uma parcela significativa dessa população, resultando na formação de novos polos urbanos. Essas cidades funcionavam como uma espécie de “fronteira intermediária”, onde os migrantes buscavam oportunidades econômicas sem se distanciar completamente de suas raízes rurais.

Com a migração, muitas famílias enfrentaram a fragmentação de suas estruturas tradicionais. Jovens, em busca de trabalho, muitas vezes deixavam os pais no campo, rompendo com a dinâmica familiar rural, esse deslocamento gerava tensões e impactos psicológicos, como o sentimento de saudade e perda de identidade, os migrantes rurais também influenciaram as cidades, levando consigo práticas culturais, hábitos alimentares e tradições que enriqueceram a diversidade urbana.

Apesar de esperarem melhores condições de vida, muitos migrantes enfrentaram a realidade dura das cidades. O mercado de trabalho, especialmente durante a crise econômica da década de 1980 e o início da década de 1990, que teve como origem em 1973 com o choque do petróleo, que encareceu o preço do petróleo no mundo, e sendo o Brasil um país que dependia do mesmo, os preços da economia aumentaram.

2.2 A política para o campo da Ditadura Militar focada na gênese do agronegócio

Durante o período da ditadura militar (1964-1985), o Brasil passou por profundas transformações no campo, principalmente no que tange à política agrária e à implementação de um modelo agrícola voltado para a modernização e concentração da terra. Este processo esteve diretamente vinculado à Revolução Verde, que visava a modernização da agricultura com o uso de tecnologias avançadas, como a mecanização, a adubação química e o uso de agrotóxicos, incentivados por políticas públicas voltadas aos grandes proprietários de terra. No entanto, essa modernização resultou em um crescente êxodo rural, uma vez que muitos pequenos produtores e trabalhadores rurais não conseguiram se adaptar ao novo modelo. Como consequência, a migração para as cidades se intensificou, com destaque para a juventude em busca de novas oportunidades, o que acelerou a urbanização (ALVEZ; SOUZA; MARRA, 2011; TELÓ; DE DAVID, 2012).

A política agrária da ditadura militar, longe de ser inclusiva, favoreceu as grandes propriedades, gerando uma intensificação da concentração fundiária, o que afastou ainda mais os pequenos agricultores do campo. Este cenário foi acompanhado de uma forte repressão aos movimentos camponeses, que lutavam por direitos trabalhistas e pela reforma agrária. As organizações sindicais foram duramente perseguidas, e muitas lideranças camponesas foram presas ou executadas. A violência estatal se fez presente em ações como o fechamento de sindicatos e a repressão às reivindicações por parte do Exército e das milícias contratadas pelos grandes fazendeiros (MEDEIROS, 1996.p.6). Assim, o modelo agrário adotado pelo regime não apenas modernizou a produção, mas também excluiu uma grande parte da população rural, empurrando-a para as periferias urbanas, intensificando a marginalização social (SMANIOTTO, 2018.p.108).

Essa transformação no campo culminou na expansão do agronegócio, que se consolidou como o modelo agrícola predominante no Brasil. A implementação desse modelo foi favorecida pela concentração de terras e pelo apoio do Estado, que ofereceu financiamentos e subsídios

para grandes produtores. A Revolução Verde, embora tenha aumentado a produtividade, beneficiou apenas os mais capitalizados, gerando uma exclusão social em massa e aprofundando a desigualdade no campo (TELÓ; DE DAVID, 2012; SILVA; ANTONIAZZI; NOVAK, 2019).

Ao longo das décadas, o agronegócio tornou-se um pilar essencial da economia brasileira, sendo considerado pelo Estado como a solução para os desafios do campo, como a modernização da agricultura e a geração de superávits comerciais. Este modelo foi consolidado em função da estreita relação entre os grandes proprietários de terras e as políticas públicas, que viabilizaram sua expansão (AARÃO REIS FILHO, 2002).

A ditadura militar não só impulsionou a modernização do campo com a Revolução Verde, como também favoreceu um modelo agrário excludente e concentrado. O agronegócio, nascido desse contexto, tornou-se a solução adotada pelo Brasil para o desenvolvimento do campo, estreitamente vinculado às necessidades do capitalismo global, com impactos sociais e ambientais profundos, refletindo na permanência da desigualdade e na marginalização das populações rurais (SMANIOTTO, 2018). Esse modelo perdura até os dias atuais, sustentado por uma lógica de grande escala e de forte integração ao mercado internacional.

Embora o sertanejo abordasse os sentimentos de perda e deslocamento dos migrantes, pouco explorava as dinâmicas de poder que perpetuavam essas desigualdades. Essa omissão reflete o papel da indústria cultural em moldar narrativas que atendem aos interesses de uma sociedade de consumo, evitando confrontos diretos com estruturas hegemônicas (REIS, 2021.p.105-122).

A precariedade habitacional e a falta de acesso a serviços públicos, como saúde e educação, reforçaram a exclusão social. Muitos migrantes rurais acabaram indo para as favelas ou ocupações, enfrentando discriminação e dificuldades para se integrar plenamente à vida urbana. O Brasil experimentava uma transição política importante, saindo de um regime militar para a redemocratização. No entanto, as políticas públicas voltadas para o campo e para os migrantes rurais permaneceram insuficientes. A reforma agrária, uma promessa recorrente em diferentes governos, avançou de forma lenta e fragmentada, enquanto as políticas de assistência social urbana não davam conta das demandas crescentes.

O Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em 1985, buscou amenizar as desigualdades no campo, mas enfrentou resistência política e econômica. Paralelamente, as políticas urbanas concentraram-se na tentativa de organizar as cidades, com programas habitacionais e de infraestrutura, mas frequentemente excluíram os recém-chegados das áreas periféricas.

Embora a reforma agrária tivesse o objetivo de redistribuir a terra e melhorar as condições de vida no campo, sua implementação foi marcada por entraves políticos e pela resistência de grandes proprietários rurais, o que limitou seu alcance. Já as políticas urbanas, voltadas para o crescimento das cidades e a melhoria da infraestrutura, muitas vezes falharam em atender as populações mais vulneráveis, especialmente os migrantes que chegavam às periferias.

Esses programas habitacionais e de infraestrutura, em muitos casos, foram desenhados sem a devida consideração das necessidades reais das novas camadas urbanas, resultando em áreas marginalizadas, sem acesso adequado aos serviços essenciais, de acordo com Fernandes (2011, p.2-5), a ausência de planejamento urbano em grandes cidades latino-americanas reforçou os processos informais, juntamente com a falta de investimento público sistemático e a prestação de serviços nas áreas onde reside a maioria dos pobres urbanos. Dessa forma, enquanto a reforma agrária procurava corrigir as desigualdades no campo, as políticas urbanas acabaram perpetuando ou até ampliando as disparidades no meio urbano, evidenciando a complexidade e as limitações das políticas públicas naquele período. (Campos, 1997.)

Além disso, o êxodo rural inspirou outras formas de arte, como literatura e cinema, por exemplo posterior a esse período, é a obra literária “O quinze” da autora, Raquel Queiroz, que apresenta o ano de 1915 através de um romance, apresentando dentro de um período de seca que uma região do Nordeste brasileiro passou, mostrando a necessidade da migração do campo para a cidade, além da persistência de continuar ali, por um dos personagens, que demonstra apego e desejo por continuar e buscar soluções para os problemas ali vivenciados, os escritos trazem essa visão das secas e da necessidade de procurar uma melhor qualidade de vida. Essas obras, capturaram as tensões entre o campo e a cidade e revelaram as dificuldades enfrentadas pelos migrantes.

A incapacidade do Brasil de oferecer alternativas para as populações rurais aprofundou as contradições entre o avanço econômico e a exclusão social, perpetuando ciclos de pobreza e marginalização. Mesmo assim, o êxodo rural deixou um legado cultural profundo, que continua a influenciar o imaginário brasileiro e as discussões sobre desenvolvimento sustentável e justiça social.

Ademais, é interessante pontuar que os militares assumiram o poder em 1964 com uma visão de desenvolvimento nacional centrada no crescimento econômico e na modernização. Nesse projeto, o campo deveria ser uma fonte de produtos agrícolas para a exportação e de matérias-primas para a indústria. Essa visão foi reforçada por uma preocupação com a

“segurança nacional”, já que os militares viam a pobreza rural e os movimentos sociais no campo como ameaças à estabilidade do regime.

Com isso, a política agrária foi planejada para eliminar potenciais focos de conflitos sociais e maximizar a produtividade agrícola, sem priorizar a inclusão social ou a redistribuição de terras. A partir da década de 1970, durante o regime militar, o Brasil adotou amplamente a Revolução Verde — um conjunto de inovações tecnológicas e produtivas promovidas globalmente — com forte incentivo do governo. Os militares enxergavam na modernização do campo uma oportunidade para transformar o setor agrícola em uma atividade eficiente e competitiva no mercado nacional e internacional.

Para tanto, o governo militar priorizou ações específicas, como: Mecanização: Subsídios e incentivos para a compra de máquinas agrícolas e equipamentos modernos; Crédito rural: Financiamentos públicos direcionados sobretudo aos grandes proprietários rurais, para ampliar a produção em larga escala; Infraestrutura: Investimentos na construção de estradas, portos e sistemas de irrigação, visando integrar as áreas rurais ao mercado nacional e às exportações.

Essa modernização agrícola, marcada pela mecanização e pelo uso intensivo de insumos químicos, teve como objetivo principal a integração do campo aos mercados nacional e internacional, privilegiando a expansão do agronegócio em detrimento da agricultura familiar e da reforma agrária.

Para isso, priorizou-se a concessão de subsídios para a compra de máquinas agrícolas e equipamentos, além do uso de fertilizantes, pesticidas e sementes melhoradas, elementos centrais da Revolução Verde.

Embora esses avanços tenham aumentado a produtividade, eles beneficiaram principalmente os grandes produtores rurais e empresas ligadas ao agronegócio. Pequenos agricultores e trabalhadores rurais foram desconsiderados, pois não tinham acesso aos créditos e não conseguiam competir com os custos elevados da modernização. Durante a ditadura, a concentração fundiária no Brasil se intensificou. As políticas governamentais favoreceram os grandes proprietários, que receberam crédito subsidiado e assistência técnica.

A exclusão foi agravada pela expansão das fronteiras agrícolas, especialmente na região Centro-Oeste, onde grandes latifúndios dedicados à monocultura e à pecuária ganharam espaço. Essa expansão, frequentemente promovida por incentivos governamentais, levou ao desmatamento de áreas florestais e ao deslocamento de comunidades tradicionais e indígenas, que também perderam seus territórios.

A política agrícola da ditadura favoreceu a monocultura de produtos voltados para exportação, como soja, cana-de-açúcar e café, no entanto, essa ênfase na exportação reduziu a

produção de alimentos voltados para o mercado interno, encarecendo os preços e agravando a insegurança alimentar, especialmente para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais que haviam perdido acesso à terra.

A segregação dos pequenos agricultores e a mecanização do campo contribuíram para um deslocamento massivo de populações rurais para as cidades, sem acesso ao desenvolvimento de suas terras, muitos trabalhadores e suas famílias foram levados a terem que sair do campo, resultando em um êxodo rural significativo nas décadas de 1970 e 1980, cujos efeitos se prolongaram nos anos 1990. A migração dessas populações para os centros urbanos não foi acompanhada por políticas públicas de habitação ou emprego, resultando no crescimento desordenado das periferias e favelas.

Trabalhadores rurais e pequenos agricultores, organizados por movimentos como as Ligas Camponesas e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram frequentemente reprimidos pelo regime militar, que usava sua estrutura de segurança para proteger os interesses dos grandes proprietários. A repressão aos movimentos sociais no campo durante a ditadura militar também se estendeu às manifestações e mobilizações populares em busca de melhores condições de vida e trabalho.

As Ligas Camponesas, surgidas nos anos 1950, foram um dos primeiros movimentos a se organizar de forma contundente contra a concentração de terras, mas enfrentaram forte resistência por parte das forças armadas e do governo. Já na década de 1980, com o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os conflitos aumentaram ainda mais, uma vez que o agronegócio se expandia e as políticas agrárias continuavam a beneficiar grandes latifúndios reforçando a concentração fundiária e a desigualdade no campo (Fernandes, 2011; Stedile, 1999).

A atuação do MST, que reivindica a reforma agrária e a distribuição de terras para pequenos agricultores, foi constantemente criminalizada, e seus membros sofreram perseguições, prisões e até mortes, demonstrando a continuidade da violência estatal contra os movimentos rurais. Mesmo após o fim da ditadura, a herança dessa repressão ainda perdura, refletindo-se nos desafios contemporâneos enfrentados pelos trabalhadores rurais. (Marcos, 2004.).

2.3 Origens do agronegócio e por que o Brasil o adota como o grande modelo do campo

A ditadura militar priorizou a modernização econômica e não realizou a reforma agrária, apesar de sua promessa inicial de abordar a questão fundiária. O Estatuto da Terra, criado em

1964, visava promover uma redistribuição limitada de terras improdutivas, mas foi usado mais como instrumento de regularização fundiária e legalização de grandes propriedades do que como uma medida de redistribuição.

Além disso, seria oportuno estabelecer um diálogo com o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973), que regulamenta direitos territoriais das populações indígenas, visto que as políticas de expansão agrícola e ocupação de terras durante a ditadura impactaram profundamente os territórios tradicionais desses povos. A ocupação de áreas indígenas para o avanço da fronteira agrícola resultou em conflitos territoriais e violação dos direitos originários, agravando as desigualdades históricas no campo (Cunha, 2009).

Sem uma reforma agrária efetiva, a desigualdade no campo foi perpetuada, e as populações rurais marginalizadas foram cada vez mais empurradas para as cidades. As políticas para o campo durante a ditadura militar moldaram o modelo de agronegócio que domina o Brasil até hoje, sendo o incentivo nos grandes produtores. Por um lado, o país se tornou um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, consolidando sua posição no mercado global. Por outro, essa transformação ocorreu às custas da exclusão de milhões de pequenos agricultores, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, que perderam acesso à terra e às oportunidades de desenvolvimento.

O modelo de agronegócio consolidado durante a ditadura permanece objeto de críticas por sua concentração de riqueza e recursos, seus impactos ambientais e sua perpetuação da desigualdade social. A consolidação do agronegócio como eixo central da economia rural durante a ditadura militar teve efeitos que ultrapassaram o campo, repercutindo na estrutura social e na organização das cidades brasileiras.

A migração forçada de milhões de pessoas que perderam suas terras ou empregos no campo não foi apenas uma questão econômica, mas também cultural. As populações rurais, com tradições enraizadas na vida comunitária e em práticas agrícolas familiares, foram deslocadas para ambientes urbanos onde enfrentaram dificuldades de adaptação, resultou na desintegração de comunidades tradicionais e na perda de práticas culturais, como festas típicas, ligadas ao calendário agrícola e saberes relacionados ao manejo sustentável do solo, ao mesmo tempo, criou um contingente de trabalhadores desqualificados nas cidades

Reforçando que a ditadura, promoveu a expansão da fronteira agrícola para regiões como o Centro-Oeste e o Norte do Brasil. Por meio de políticas de incentivo fiscal, ademais programas como o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) incentivaram o

desmatamento e a ocupação de terras antes habitadas por povos indígenas e comunidades tradicionais.

Enquanto grandes empresários se beneficiavam dessas políticas, pequenos agricultores que buscavam uma nova oportunidade de trabalho em terras distantes frequentemente se deparavam com condições adversas, como solos de baixa fertilidade, ausência de infraestrutura e falta de assistência técnica. Muitas dessas tentativas de colonização resultaram em fracassos, aprofundando o ciclo de migração e pobreza. A concentração fundiária e a exclusão de trabalhadores rurais também intensificaram os conflitos por terra durante a ditadura. Movimentos como as Ligas Camponesas e, posteriormente, o MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra), tentaram resistir ao avanço do agronegócio, reivindicando a redistribuição de terras improdutivas.

O regime militar, no entanto, respondeu com violência, utilizando forças de segurança e até milícias privadas para reprimir ocupações e manifestações. Os trabalhadores rurais eram frequentemente descredibilizados, e suas lideranças sofriam perseguição, prisões arbitrárias e, em muitos casos, assassinatos.

A repressão militar ao movimento rural não foi apenas uma resposta à luta por terra, mas também parte de um projeto mais amplo de controle social e de afirmação da hegemonia do agronegócio, que visava assegurar a modernização do campo sob os interesses do capital (CHÃ, 2016, p. 45)

A repressão no campo também fazia parte de uma estratégia maior da doutrina de segurança nacional, que enquadrava as lutas pela terra como uma ameaça comunista. A ditadura justificava essas ações como uma forma de “pacificar” o campo e garantir o crescimento econômico, mas tal política resultou na marginalização de milhões de pessoas e no aprofundamento da desigualdade. Conforme observa Stedile (1999, p. 8), “a repressão militar ao movimento camponês foi parte de uma estratégia do regime para garantir a ordem e a continuidade da modernização agrária, tratada como essencial para o crescimento econômico do país, mas à custa de graves violações dos direitos humanos”. Essa perspectiva evidencia como a repressão não foi episódica, mas parte de um projeto deliberado de sustentação do modelo de agronegócio favorecido pelo regime.

As promessas de industrialização, que poderiam absorver a mão de obra migrante, foram limitadas pelo modelo econômico adotado nos anos 1970, que priorizou a automação e a concentração de recursos em setores de alta tecnologia. No livro “O Emprego no Desenvolvimento da Nação: Uma Perspectiva Histórica”, de Márcio Pochmann, especificamente no capítulo 3 intitulado “A Modernização Conservadora e o Emprego Urbano”,

a discussão referente a absorção limitada da mão de obra migrante pela industrialização brasileira, especialmente devido à priorização da automação e concentração de recursos em setores de alta tecnologia nos anos 1970. Nesse capítulo, Pochmann analisa como o modelo econômico adotado impactou o mercado de trabalho, resultando na inserção de muitos trabalhadores migrantes na economia informal ou em subempregos, perpetuando ciclos de exclusão social.

O agronegócio consolidado durante esse período tornou-se uma potência global, mas ainda enfrenta críticas por concentração de terras: o Brasil mantém uma das distribuições de terras mais desiguais do mundo, resultado direto das políticas implementadas durante a ditadura. Os impactos ambientais: o desmatamento, iniciado com a expansão da fronteira agrícola, continua a ser um problema crítico, especialmente na Amazônia e a desigualdade social: Milhões de pequenos agricultores e trabalhadores rurais continuam vivendo em condições de pobreza, enquanto grandes proprietários acumulam riqueza.

Segundo Chã (2016), o agronegócio no Brasil, consolidado durante a ditadura militar, estabeleceu um modelo que perpetua a concentração fundiária e a exploração ambiental, impactando diretamente a distribuição de terras, o meio ambiente e as condições de vida dos trabalhadores rurais.

As consequências das políticas implementadas durante a ditadura militar ainda eram visíveis nas décadas de 1980 e 1990. O êxodo permaneceu, alimentado pela falta de oportunidades no campo e pelas transformações estruturais que beneficiaram o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Além disso, a urbanização desordenada e o crescimento das periferias urbanas, iniciados nos anos de 1970, intensificaram-se no período pós-ditadura, agravando os problemas sociais e econômicos das cidades.

Embora o agronegócio tenha se consolidado como um dos pilares da economia brasileira, o custo social e ambiental desse modelo permanece um desafio significativo para o país. A herança da ditadura militar, com sua ênfase na produtividade a qualquer custo, ainda influencia os debates sobre desenvolvimento sustentável, reforma agrária e justiça social no Brasil contemporâneo.

O agronegócio brasileiro tem raízes históricas que remontam ao período colonial, o Brasil adotou um modelo agrário baseado na monocultura de produtos voltados para exportação, como açúcar, café e algodão. Esse sistema, sustentado pela escravidão e pela concentração fundiária, mas sua consolidação como um grande modelo de desenvolvimento rural ocorreu durante a segunda metade do século XX, especialmente com as transformações promovidas pela ditadura militar (1964-1985). Esse setor, hoje central na economia do país, é

frequentemente exaltado como um dos maiores sucessos brasileiros no mercado global. Entretanto, sua origem e adoção como modelo predominante para o campo envolvem uma combinação de fatores econômicos, políticos, tecnológicos e culturais.

Embora a economia agrária tenha perdido espaço para a industrialização no início do século XX, a produção agrícola permaneceu estratégica. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o Estado passou a intervir de forma mais ativa no setor, criando políticas para modernizar a produção. Entretanto, foi sobretudo com a Revolução Verde e as políticas adotadas durante a ditadura militar que o agronegócio, como o conhecemos hoje, se consolidou. Conforme observa Alves e Tedesco (215, p. 430), “a Revolução Verde, a partir dos anos 1960, e a implementação de políticas agrícolas pela ditadura militar foram fundamentais para a transformação do agronegócio no Brasil, consolidando a modernização do campo e a integração do país no mercado global”. Essa análise evidencia como o modelo atual do agronegócio se enraíza em políticas que favoreceram grandes produtores e alinharam o Brasil às demandas do mercado internacional.

Em contínuo a ditadura militar enxergava o campo como um espaço estratégico para o crescimento econômico e a integração do Brasil ao mercado global. Essas mudanças foram possíveis graças ao incentivo de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a FAO (Organização das nações unidas para a alimentação e a agricultura, que defendiam o aumento da produtividade agrícola como solução para o subdesenvolvimento.

Para aprofundar essa análise, o artigo "A Modernização da Agricultura Brasileira e a Indústria de Máquinas Agrícolas: uma análise histórica" de José Garcia Gasques e Eliane Cecília de Araújo, publicado no Texto para Discussão nº 1.103 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aborda as políticas de modernização agrícola implementadas durante o regime militar e suas implicações para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, deixando clara esse processo de industrialização e investimento.

Outro pilar do agronegócio foi a expansão da fronteira agrícola, especialmente no Centro-Oeste e no Norte. Programas como o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) foram fundamentais para transformar o cerrado brasileiro em uma das maiores áreas de produção de grãos do mundo, especialmente de soja. Essa expansão, embora economicamente bem-sucedida, gerou desmatamento, expulsão de comunidades tradicionais e conflitos fundiários.

O sucesso econômico do agronegócio, tanto no mercado interno quanto no externo, é o principal motivo para sua adoção como modelo predominante para o campo. Entretanto, há razões mais profundas que explicam essa preferência:

A expansão da fronteira agrícola no Brasil, especialmente nos cerrados e na Amazônia, foi impulsionada por programas como o PRODECER, que contribuíram para a transformação do Cerrado em uma das maiores áreas produtivas do mundo. No entanto, esse processo gerou uma série de consequências negativas, incluindo o desmatamento acelerado, a expulsão de comunidades tradicionais e a intensificação dos conflitos fundiários (CHÃ, 2016.p.133).

O agronegócio é um dos principais motores da economia brasileira. Segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o setor representa cerca de 25% do PIB nacional e mais de 40% das exportações totais do país. Produtos soja, carne bovina, milho, açúcar e café colocam o Brasil entre os maiores exportadores agrícolas do mundo (CNA, 2023).

Esse desempenho econômico consolidou a imagem do agronegócio como um setor estratégico para o Brasil, especialmente em tempos de crise econômica, quando a produção agrícola serve como uma espécie de “esteio” para a balança comercial. Esse setor no solo brasileiro foi moldado para atender às demandas do mercado global. As políticas públicas e privadas direcionaram a produção para commodities de alta demanda internacional, como a soja, que é utilizada em larga escala na alimentação animal e na indústria de biocombustíveis.

Instituições como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), criada em 1973, desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao clima tropical brasileiro, permitindo que áreas antes consideradas improdutivas, como o cerrado, se tornassem regiões altamente produtivas.

2.4 A migração rural-urbana e seus impactos sociais e econômicos

Bancadas parlamentares ligadas ao setor, como a chamada “bancada ruralista”, têm um papel central na formulação de políticas públicas e na defesa de interesses ligados à agroindústria. Essa força política contribui para a perpetuação do modelo de desenvolvimento rural baseado no agronegócio. O agronegócio também é promovido como parte da identidade nacional, especialmente no discurso público e na mídia.

A ideia de que o Brasil é “o celeiro do mundo”, frequentemente repetida em propagandas institucionais, campanhas governamentais e reportagens televisivas, reforça a ideia de que a vocação agrícola do país é natural e estratégica. No entanto, esse discurso tende a ignorar ou minimizar os impactos sociais e ambientais associados a esse modelo produtivo.

Dependência de *Commodities*: O foco na exportação de matérias-primas deixa o Brasil vulnerável às flutuações de preços no mercado internacional. Abandono da agricultura familiar:

a agricultura familiar, responsável por grande parte dos alimentos consumidos internamente, recebe menos investimentos e apoio do que o agronegócio exportador.

O Brasil, ao se tornar um grande exportador de commodities, passou a ser suscetível aos humores do mercado internacional, o que implica não apenas em riscos econômicos, mas em uma dependência estrutural que fragiliza sua soberania. Ao mesmo tempo, a política agrária prioriza grandes monoculturas voltadas para a exportação, enquanto a agricultura familiar, que sustenta a segurança alimentar interna, é negligenciada, recebendo escassos investimentos e apoio. (SANTOS, 2000, p. 124).

O processo de migração rural-urbana dos anos 1980 e 1990, embora alimentado pelas políticas implementadas décadas antes, agravou as desigualdades sociais e urbanas no Brasil. Enquanto o agronegócio prosperava, consolidando o país como potência agrícola global, as populações marginalizadas que migraram para as periferias urbanas enfrentavam pobreza, exclusão e perda de identidade cultural.

Além disso, o discurso que exalta o agronegócio como “o motor do Brasil” tende a ignorar seus custos sociais e ambientais. O desmatamento, os conflitos fundiários e a exclusão da agricultura familiar são exemplos das contradições de um modelo que privilegia grandes produtores e exportações, enquanto desconsidera a sustentabilidade e a justiça social.

Referente a política de terras durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi marcada pela promoção da modernização agrícola e pela consolidação de um modelo voltado para o agronegócio. Através do Estatuto da Terra, promulgado em 1964, buscou-se regulamentar a reforma agrária, mas, na prática, o foco recaiu sobre a ampliação da produtividade agrícola. Incentivaram-se políticas de crédito rural, subsídios e incentivos fiscais que favoreceram grandes propriedades e empresas do setor. Esse modelo foi acompanhado pela mecanização e pelo uso intensivo de insumos químicos, gerando uma estrutura agrária altamente concentrada. Ao mesmo tempo, pequenos proprietários e trabalhadores rurais foram excluídos do processo, o que contribuiu para o êxodo rural e o aumento das desigualdades no campo.

O Estatuto da Terra, instituído pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, foi uma das principais legislações brasileiras destinadas a regulamentar as relações fundiárias no país. Criado no início do regime militar, seu objetivo formal era promover a reforma agrária e modernizar o setor agrícola, assegurando um uso mais racional e eficiente das terras. O Estatuto estabeleceu critérios para a classificação das propriedades rurais, distinguindo entre propriedades produtivas e improdutivas com base no cumprimento da “função social da propriedade”. Para que uma terra fosse considerada produtiva, ela deveria utilizar os recursos

naturais de forma racional, garantir o bem-estar dos trabalhadores, observar níveis mínimos de produtividade definidos pelo governo e cumprir a legislação trabalhista. Terras que não atendiam a esses requisitos poderiam ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Contudo, esses parâmetros de produtividade eram flexíveis e frequentemente favoreciam os grandes latifundiários, que adequavam suas propriedades às exigências mínimas, contando com o acesso a tecnologias e crédito subsidiado.

Na prática, o Estatuto da Terra funcionou mais como um instrumento para a modernização agrícola e a regularização fundiária do que como um mecanismo efetivo de redistribuição. As políticas públicas daquele período privilegiaram a mecanização, o uso intensivo de insumos químicos e a ampliação do crédito rural direcionado às grandes propriedades, fortalecendo assim o poder econômico e político dos latifundiários. Esse quadro agravou a concentração fundiária, intensificou o êxodo rural e consolidou o agronegócio como o motor central da economia brasileira, em detrimento da agricultura familiar e das populações rurais marginalizadas. Dessa forma, o Estatuto refletiu e reforçou a exclusão social no campo, ao invés de promover uma reforma agrária ampla e inclusiva.

Entretanto, apesar de o Estatuto ter criado instrumentos legais para a redistribuição de terras, na prática, ele foi usado mais como um marco para a modernização agrícola do que para a redistribuição fundiária. Com políticas que favoreceram a mecanização, o uso de insumos químicos e a ampliação do crédito rural, o foco acabou recaindo no fortalecimento das grandes propriedades voltadas para o agronegócio, em detrimento de pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Isso agravou a concentração fundiária e contribuiu para o êxodo rural, ao mesmo tempo em que consolidou o agronegócio como motor da economia nacional.

O agronegócio tornou-se uma prioridade nas agendas econômicas dos sucessivos governos devido ao seu papel estratégico na balança comercial e no desenvolvimento econômico. A partir da ditadura, a exportação de commodities agrícolas, como soja, café e carne, ganhou destaque como uma das principais fontes de divisas internacionais. Com o apoio de investimentos em infraestrutura, pesquisa científica (como a criação da Embrapa, em 1973) e incentivos à produção em larga escala, o agronegócio consolidou-se como um setor crucial da economia nacional.

Esse modelo, no entanto, foi ampliado por governos democráticos nas décadas seguintes, que viram no agronegócio uma forma de manter o Brasil competitivo no mercado global, ao custo de persistentes conflitos fundiários e impactos socioambientais.

Além dos incentivos econômicos, a priorização do agronegócio também se deve à sua integração com políticas de desenvolvimento regional e à pressão de setores empresariais

ligados ao mercado internacional. A adoção de práticas intensivas, como monoculturas voltadas à exportação, foi acompanhada por acordos comerciais que posicionaram o Brasil como líder global na produção de alimentos e matérias-primas agrícolas.

Essa estratégia foi reforçada por parcerias com bancos e empresas multinacionais, que financiaram a expansão do setor, ao mesmo tempo em que moldaram a legislação fundiária para atender às demandas do capital agrário. Assim, o agronegócio não apenas ganhou centralidade na economia brasileira, mas tornou-se um pilar de influência política, guiando decisões sobre investimentos, políticas ambientais e relações exteriores.

No campo cultural, a migração em massa também se refletiu nas canções sertanejas dos anos 1980 e 1990, que registraram as angústias e as saudades de uma vida rural em extinção. Essas músicas tornaram-se um canal de expressão das perdas e transformações vividas por milhões de brasileiros, contribuindo para a construção de uma memória coletiva sobre o êxodo rural.

As canções sertanejas dos anos 1980 e 1990 capturam a essência do êxodo rural, traduzindo em melodias e letras as dores da despedida do campo e as dificuldades de adaptação à vida urbana. A música sertaneja tornou-se, assim, uma poderosa ferramenta de expressão cultural, através da qual milhões de brasileiros puderam reconstruir e compartilhar suas memórias de uma realidade rural em extinção. (FRITSCH, 2022, p. 211).

As canções sertanejas também desempenharam um papel fundamental na formação de uma identidade cultural que mesclava o passado rural com a realidade urbana emergente. Enquanto os imigrantes das zonas rurais enfrentavam a adaptação ao novo contexto das grandes cidades, a canção era utilizada como uma válvula de escape e, ao mesmo tempo, como um meio de manter viva a conexão com as raízes.

As letras, repletas de referências ao campo, à saudade da terra e à luta pela sobrevivência, ajudaram a suavizar a experiência do deslocamento, transformando-a em uma narrativa comum que unia as pessoas que já residiram no campo. Dessa maneira, a música sertaneja não só se tornou um reflexo das mudanças vividas, mas também uma forma de resistência cultural, que preservava aspectos de uma vida rural que parecia desaparecer, ao mesmo tempo em que fornecia uma voz para aqueles que estavam entre duas realidades distintas, a rural e a urbana.

Portanto, a migração em massa e a migração rural-urbana das décadas de 1980 e 1990 geraram profundas transformações sociais, econômicas e culturais no Brasil. As canções sertanejas, como expressão das angústias e das saudades dos migrantes, cumpriram um papel fundamental ao registrar e compartilhar as perdas e adaptações enfrentadas por milhões de brasileiros. Ao abordar temas como a saudade do campo e as dificuldades da vida urbana, essas

músicas se tornaram um canal de preservação da memória coletiva, conectando o passado rural com a realidade urbana que se consolidava.

Assim, a música sertaneja não apenas reflete um momento histórico de transição, mas também contribui para a construção de uma identidade cultural que mesmo diante das mudanças, preserva os laços com as origens e mantém viva a história de um Brasil em transformação.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A MÚSICA SERTANEJA NOS ANOS 1980 E 1990: CARACTERIZAÇÃO DO ESTILO E O PAPEL DA INDÚSTRIA CULTURAL

O presente capítulo tem como objetivo analisar a música sertaneja nas décadas de 1980 e 1990, período em que o gênero se consolidou como um dos principais produtos culturais e mercadológicos do Brasil. Essa ascensão está diretamente ligada à atuação da indústria cultural e à transformação do sertanejo, que, partindo de suas raízes caipiras, passou a incorporar elementos do pop, do country e de outros estilos internacionais para dialogar com um público

cada vez mais urbano e diverso. Nesse contexto, o sertanejo tornou-se um mediador simbólico entre o Brasil rural e o urbano, ao mesmo tempo em que foi instrumentalizado pelo mercado para construir uma imagem romantizada do campo e atender às demandas de consumo da sociedade de massa.

Para guiar a análise, este capítulo busca responder a algumas questões centrais: quais características estéticas, temáticas e performáticas marcaram a música sertaneja dos anos 1980 e 1990? Como a indústria cultural reconfigurou esse gênero, transformando-o em um dos pilares de sua estratégia comercial? De que forma o sertanejo dialogou com as tensões sociais e econômicas do período, como o êxodo rural e a expansão do agronegócio, e quais identidades e imaginários foram construídos a partir desse processo?

O capítulo se organiza em três eixos. O primeiro (3.1) apresenta as principais características da música sertaneja no período, destacando as mudanças sonoras, temáticas e de público que possibilitaram sua popularização nacional. O segundo (3.2) examina a relação entre o sertanejo e a indústria cultural, evidenciando como o gênero foi utilizado para legitimar uma visão idealizada do campo, desvinculada das tensões sociais e ambientais associadas ao avanço do agronegócio e ao êxodo rural. Por fim, o terceiro (3.3) discute como a indústria fonográfica e midiática adotou o sertanejo como uma de suas principais frentes de lucratividade e difusão, padronizando suas expressões e construindo narrativas que conciliam tradição e modernidade para atender ao mercado de massa.

Com essa estrutura, o capítulo procura demonstrar que a música sertaneja, mais do que um simples reflexo das transformações sociais e econômicas do Brasil na virada do século XX, foi também um instrumento ativo de mediação cultural, servindo, ao mesmo tempo, como espaço de expressão das vivências dos migrantes e como ferramenta de reprodução das ideologias dominantes, especialmente no contexto de um país em transição entre o rural e o urbano.

3.1. Características da música sertaneja nas décadas de 1980 e 1990

A adoção da música sertaneja pela indústria cultural no Brasil como uma de suas principais frentes está intrinsecamente ligada à sua capacidade de transitar entre as tradições populares e as demandas do mercado de massa. Esse estilo, com raízes profundas na cultura rural brasileira, tornou-se uma mercadoria atrativa ao longo das décadas de 1980 e 1990,

especialmente por sua maleabilidade em incorporar elementos modernos sem romper com sua identidade essencial.

A indústria da música, ao reconhecer o potencial comercial do sertanejo, investiu massivamente na sua produção, promoção e difusão, transformando-o. Esse processo envolveu a criação de ícones, a reformulação sonora para incluir influências do pop e do rock, e estratégias de marketing voltadas para um público mais amplo, incluindo jovens urbanos. Assim, a canção deixou de ser apenas uma expressão de uma realidade específica para se tornar um produto cultural que dialoga tanto com a memória afetiva do campo quanto com o dinamismo do ambiente urbano, consolidando-se como um dos pilares mais lucrativos e representativos do circuito comercial musical brasileiro.

Como aponta Theodor Adorno (1991), a indústria cultural tende a padronizar os produtos culturais, esvaziando seu conteúdo crítico em favor da reprodutibilidade e do consumo. No caso da música sertaneja, observa-se uma reconfiguração que mantém traços temáticos da vida rural — como o amor idealizado, a saudade e o apego à terra — ao mesmo tempo em que estilisticamente se aproxima de gêneros internacionais e urbanos. Essa mescla é estratégica, pois amplia a identificação do público com o produto, ao mesmo tempo em que conserva uma certa “autenticidade” nostálgica que lhe confere valor simbólico.

De acordo com Muniz Sodré (2006), a mídia e a indústria cultural operam como mediadoras da experiência social, reorganizando simbolicamente as tradições para que se tornem compatíveis com as exigências do mercado. A música sertaneja nos anos 1980 e 1990 se encaixa perfeitamente nesse modelo: as duplas que emergiram nesse período — como Chitãozinho & Xororó, Leandro & Leonardo e Zezé Di Camargo & Luciano — foram moldadas não apenas pelo talento musical, mas também por um aparato midiático que as posicionou como representantes de um “Brasil profundo” adaptado às exigências contemporâneas do entretenimento.

Além disso, como destaca Paulo Cesar de Araújo (2015), a música popular brasileira não pode ser compreendida apenas por seus aspectos estéticos ou artísticos, mas deve ser analisada também como fenômeno social e mercadológico. O chamado “sertanejo romântico” que se consolida nesse período promove uma virada significativa: ao invés da exaltação da vida simples no campo, passa-se a privilegiar temas de cunho sentimental e universais, o que favorece sua circulação em rádios FM, programas de televisão e grandes eventos patrocinados por marcas nacionais.

Desse modo, o sertanejo dos anos 1980 e 1990 evidencia a força da indústria cultural em reconfigurar tradições locais em produtos massificados, mas altamente eficazes em sua

capacidade de gerar identificação. Ao mesmo tempo, revela um processo de urbanização simbólica da música rural, que se torna um canal de mediação entre as heranças culturais do interior e os desejos e afetos da vida urbana. Essa transformação não apaga a origem popular do gênero, mas a reinterpreta sob a lógica do consumo, reafirmando sua centralidade no imaginário nacional contemporâneo.

3.2 A música sertaneja e a indústria cultural no Brasil

A relação entre a indústria cultural e a música sertaneja encontra uma conexão ainda mais profunda quando analisada à luz do agronegócio e das problemáticas associadas a ele. O sertanejo, enquanto produto cultural, tornou-se um veículo poderoso para legitimar e romantizar uma visão idealizada do campo, frequentemente desvinculando-o das tensões sociais e ambientais geradas pelo avanço do agronegócio. A música, muitas vezes, reforça uma narrativa que enaltece a prosperidade e o progresso rural, ocultando impactos como a concentração de terras, o êxodo rural e a degradação ambiental.

Assim, a indústria da música atua como mediadora dessa narrativa, ao mesmo tempo em que o agronegócio se beneficia do sertanejo como ferramenta simbólica para promover uma imagem positiva e agregar valor ao campo brasileiro. Nesse cenário, o gênero musical não apenas reflete as transformações do Brasil rural, mas também desempenha um papel ativo na construção de discursos que, ao exaltar o campo como espaço de nostalgia e oportunidade, silenciam ou suavizam as contradições e desigualdades que emergem dessa dinâmica. Como destacam Adorno e Horkheimer (1991), essa padronização cultural promovida pela indústria cultural resulta na reprodução de ideologias dominantes, o que ajuda a entender como a imagem idealizada do campo é mantida e naturalizada pelo sertanejo comercial.

A música sertaneja, com suas origens na música caipira, desempenhou papel crucial na representação das transformações vividas pelos migrantes rurais, especialmente a partir das décadas de 1980. A canção, ao se distanciar das temáticas rurais tradicionais — como a saudade do campo e as relações interpessoais simples —, passou a abordar predominantemente temas urbanos e românticos, como os relacionamentos amorosos (TINHORÃO, 2013, p. 75). Esse movimento de modernização do campo está intimamente ligado ao avanço do agronegócio, que, ao mecanizar a produção agrícola e favorecer grandes propriedades agroexportadoras, causou a marginalização de pequenos proprietários e trabalhadores rurais, forçando-os a migrarem para as cidades.

A apropriação da música caipira pela indústria fonográfica e a popularização do estilo musical sertanejo não ocorreram sem conflitos. A música, que antes servia como parte de um ritual social no campo, tornou-se um produto comercial — reflexo da globalização e da crescente urbanização do Brasil. Nesse contexto, o que García Canclini (1997) chama de *culturas híbridas* ajuda a compreender a transformação da música caipira: um processo de reelaboração simbólica que mistura tradições locais com elementos globais para atender a novas formas de consumo e identidade urbana. A partir de meados do século XX, a música passou a ser amplamente consumida no meio urbano, deixando de ser um simples reflexo do campo para se tornar um produto da indústria cultural (MARTINS, 1996, p. 105). A indústria fonográfica, ao buscar ampliar seu público consumidor, incorporou influências do *country* americano e de outros ritmos, tornando a canção mais eclética e afastando-a dos valores caipiras (TINHORÃO, 2013, p. 78). Esse processo reflete um distanciamento das raízes rurais e uma adaptação ao mercado urbano, sem, contudo, romper completamente com as origens caipiras.

A letra da música sertaneja, ao exaltar a saudade do campo, traz à tona uma crítica implícita ao processo de urbanização e ao novo contexto social e econômico. Na canção “Saudades de Minha Terra”, composta por Goiá e interpretada por Belmonte e Amaraí, um dos clássicos que atravessou gerações, essa melancolia é evidente no trecho: “De que me adianta viver na cidade, se a felicidade não me acompanhar? adeus, paulistinha do meu coração, lá pro meu sertão eu quero voltar.” Este fragmento revela a insatisfação do migrante rural com a vida urbana e sua nostalgia pelo sertão, não explicitando uma crítica direta, mas transmitindo sentimentos de deslocamento e de perda que permeiam a relação do caipira com a cidade.

Essa crítica à urbanização, contudo, não se resume a um saudosismo idealizado, mas também aponta para a marginalização dos migrantes urbanos, que, muitas vezes, viviam em condições precárias nas periferias das grandes cidades. A canção sertaneja, ao se associar aos trabalhadores rurais e migrantes urbanos, passa a ser vista como um reflexo das dificuldades enfrentadas por essa população, marcada pela pobreza e pela exploração (CASTRO, 2012, p. 13). Tal fenômeno torna-se particularmente evidente no contexto do avanço do agronegócio, que alterou a estrutura econômica e social das áreas rurais, empurrando uma grande massa de trabalhadores para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Como observa Milton Santos (2000), o processo de urbanização brasileiro não significou inclusão automática, mas, ao contrário, produziu novas formas de exclusão espacial e social, especialmente nas periferias urbanas. Essa leitura contribui para entender como a música sertaneja ecoa a condição de marginalidade vivida pelos migrantes. Embora inicialmente tenha funcionado como produto de resistência e crítica às transformações no campo e à urbanização,

a música sertaneja acabou sendo apropriada pela indústria fonográfica e gradualmente marginalizada enquanto expressão autêntica, ao passo que suas versões mais comerciais ganharam centralidade no mercado.

A transição da música caipira para o estilo musical sertanejo e sua incorporação pela indústria não pode ser entendida apenas como um afastamento do campo, mas também como uma resposta das classes populares ao novo cenário urbano, no qual a cidade passou a ser vista, muitas vezes, como um local de alienação e sofrimento (ALONSO, 2012, p. 440). Dessa forma, a música sertaneja, ao refletir as complexas relações entre o agronegócio, o êxodo rural e a urbanização, transforma-se em um potente instrumento de expressão da classe migrante. Ao mesmo tempo em que mantém viva a memória de um campo idealizado, também traduz, de forma sutil e melancólica, as tensões e dificuldades impostas pela nova realidade urbana.

3.3 Como a indústria cultural no Brasil adota o estilo sertanejo como uma das suas principais frentes

A relação entre a música sertaneja e a indústria cultural no Brasil revela-se como um fenômeno complexo, cujas raízes estão fincadas tanto no universo simbólico do campo quanto nas engrenagens do capitalismo midiático. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o sertanejo passou por um intenso processo de reconfiguração estética e ideológica, acompanhando a ascensão do agronegócio e as profundas transformações no espaço rural brasileiro. Não se trata apenas de um gênero musical que ganhou projeção nacional, mas de um dispositivo cultural que opera como mediador entre as contradições do campo e a construção de identidades no ambiente urbano.

Como destacam Adorno e Horkheimer (1991), a indústria cultural, ao transformar manifestações culturais em mercadoria, promove a padronização simbólica e a domesticação do pensamento crítico. No caso da música sertaneja, esse processo foi especialmente visível quando as canções passaram a exaltar uma visão idealizada do campo – espaço de tradição, de trabalho honesto e de afetos genuínos – ao mesmo tempo em que silenciavam ou suavizavam as tensões sociais decorrentes do êxodo rural, da concentração fundiária e da devastação ambiental promovida pelo avanço do modelo agroexportador. Assim, o sertanejo comercial se tornou, também, um vetor discursivo para a legitimação simbólica das transformações provocadas pelo agronegócio, ao apresentar o campo como sinônimo de progresso, mas esvaziado de suas contradições.

Esse uso simbólico da música ganha maior densidade quando analisado à luz das transformações do próprio campo brasileiro. Segundo Milton Santos (2000), a urbanização acelerada e a reorganização do espaço geográfico provocaram não apenas o deslocamento físico dos sujeitos, mas também uma profunda mutação em suas referências culturais. A música sertaneja, nesse contexto, atua como uma espécie de elo entre o que foi deixado para trás e o novo ambiente urbano que se apresenta como hostil. A canção passa a carregar a memória afetiva do campo, ainda que muitas vezes ficcionalizada, e a projetar uma sensação de pertencimento num cotidiano marcado pela exclusão nas periferias das grandes cidades.

Autores como Néstor García Canclini (1997) reforçam essa leitura ao apontarem que os produtos culturais contemporâneos se configuram a partir de dinâmicas híbridas, nas quais elementos tradicionais e modernos se entrelaçam. A incorporação de ritmos pop, country americano e elementos do rock na música sertaneja não deve ser vista como mera diluição estética, mas como estratégia mercadológica de ampliação do público consumidor. A indústria fonográfica promoveu esse processo intencionalmente, moldando o gosto musical das massas e deslocando o sertanejo para além das fronteiras rurais, transformando-o em produto consumido nacionalmente.

Esse movimento não foi isento de conflitos. Como lembra José Ramos Tinhorão (2013), o sertanejo, ao se afastar da música caipira tradicional – marcada por instrumentos acústicos, temas do cotidiano rural e forte religiosidade – passou a representar uma cultura negociada, adaptada aos moldes do mercado. A canção “Saudades da Minha Terra”, de Goiá e Belmonte, ilustra esse sentimento ambíguo de pertencimento e deslocamento característico dos migrantes. Os versos “De que me adianta viver na cidade / se a felicidade não me acompanhar? / Adeus, paulistinha do meu coração, / lá pro meu sertão eu quero voltar” (GOIÁ; BELMONTE, 1966) evidenciam o contraste entre a nostalgia do interior e o incômodo com a vida urbana, tornando-se um marco simbólico dessa transição do sertanejo tradicional ao comercial.

Essa transição é reveladora. Como observa Pierre Bourdieu (1983), o campo cultural está em constante disputa simbólica, sendo atravessado por relações de poder que determinam o que é legitimado como cultura de massa. A emergência do “sertanejo universitário”, por exemplo, nos anos 2000, é herdeira direta desse processo iniciado nas décadas anteriores, em que o gosto das classes populares é reconfigurado para atender às lógicas do mercado. A música sertaneja, nesse sentido, deixou de ser um simples reflexo do rural para se tornar um produto da indústria cultural que internaliza e reproduz os valores do neoliberalismo – meritocracia, superação individual, consumo e espetáculo.

Judith Butler (2003), ao tratar da performatividade da identidade, oferece uma chave interessante para pensar como a música também pode encenar papéis sociais e afetivos. As duplas sertanejas, sobretudo as masculinas, passaram a performar um ideal de masculinidade heteronormativa e viril, o que reforça certos padrões de comportamento enquanto marginaliza formas de expressão divergentes. Isso é perceptível nas letras, nos videocliques e até na estética dos shows, que operam como rituais de consagração de um ethos rural idealizado, mas profundamente articulado com os valores urbanos de consumo e status.

Não se pode ignorar, contudo, o aspecto de resistência e de elaboração identitária presente na canção. Ao expressar sentimento de perda, desenraizamento e saudade, muitas letras funcionam como mecanismos de elaboração subjetiva das transformações sociais vividas pelos migrantes. Como afirma Stuart Hall (2003), as identidades culturais são construções em constante movimento, marcadas tanto pelo passado quanto pelos desafios do presente. A música sertaneja, ao dar voz aos deslocamentos internos da população brasileira, oferece pistas importantes sobre como essas identidades são (re)significadas no cenário contemporâneo.

Vale destacar ainda que o papel da mídia televisiva e radiofônica foi essencial na disseminação do sertanejo enquanto fenômeno de massas. Programas como o “Especial Sertanejo”, um programa de televisão exibido no SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) entre o final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, voltado exclusivamente para duplas sertanejas e artistas populares do gênero, sendo fundamental para dar visibilidade ao sertanejo de massa. Nesse contexto, a visibilidade midiática não apenas conferiu legitimidade ao gênero, como também padronizou suas expressões, promovendo artistas que se alinhavam às expectativas do mercado e, ao mesmo tempo, relegando à margem formas de sertanejo mais próximas da cultura tradicional ou com propostas estéticas dissonantes.

Portanto, longe de ser apenas um estilo musical, o sertanejo comercial deve ser compreendido como um campo de disputa simbólica que opera entre a tradição e o mercado, entre a resistência e a reprodução. Ao se consolidar como um dos pilares da indústria fonográfica brasileira, a música sertaneja tornou-se um instrumento poderoso para narrar – e muitas vezes silenciar – as tensões do Brasil rural e urbano, evidenciando como a cultura popular pode ser, simultaneamente, espaço de expressão e de dominação.

4. REPRESENTAÇÕES DO ÊXODO RURAL NAS CANÇÕES SERTANEJAS

Este capítulo analisa as diversas formas pelas quais o êxodo rural — processo marcado pela migração forçada de populações do campo para as cidades — é representado nas

canções sertanejas, especialmente aquelas produzidas entre as décadas de 1980 e 1990. A partir da leitura crítica das letras e da contextualização histórica e social, busca-se compreender de que maneira a música sertaneja reflete, oculta ou romantiza as tensões e dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais diante da modernização do campo, do avanço do agronegócio e da urbanização acelerada.

A discussão está organizada em dois tópicos principais: inicialmente, será apresentada a música sertaneja enquanto reflexo das dificuldades do campo e do êxodo rural, destacando como as narrativas nostálgicas e emocionais tendem a minimizar as causas estruturais desse fenômeno; em seguida, abordaremos a função simbólica e estética da música no reforço de uma imagem idealizada do campo.

Questões norteadoras deste capítulo incluem: Como as canções sertanejas expressam as vivências e sentimentos dos migrantes rurais? De que forma as dificuldades socioeconômicas do campo e a influência do agronegócio são representadas ou silenciadas? Em que medida a música contribui para a construção de uma memória afetiva e ao mesmo tempo para a naturalização do êxodo rural?

4.1 A música sertaneja como reflexo das dificuldades do campo e do êxodo rural

A música sertaneja, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, tem sido um reflexo das transformações sociais e econômicas do Brasil, particularmente do êxodo rural e dos impactos do agronegócio nas comunidades rurais. Analisando algumas das canções dessa época, podemos perceber como a realidade do campo, marcada pela migração forçada e pela expropriação de terras, é retratada de maneira romântica ou superficial, afastando-se da realidade mais dura que muitos experimentaram ao deixar o interior em busca de melhores condições de vida nas cidades.

A canção "*Fogão de Lenha*" de Chitãozinho & Xororó, lançada em 1985, é um exemplo clássico desse tipo de representação. Embora não mencione explicitamente o deslocamento rural, a letra evoca uma visão nostálgica e idealizada do campo, tratando-o como um espaço simples e acolhedor. O "fogão de lenha" se torna um símbolo dessa vida no interior, que para o eu lírico, representa tanto a saudade quanto a busca por algo melhor na cidade. Contudo, a letra não aborda as dificuldades da migração ou as razões que levaram o eu lírico a abandonar o campo.

“Espera, minha mãe, estou voltando
 Que falta faz pra mim um beijo seu
 O orvalho das manhãs cobrindo as flores
 E um raio de luar que era tão meu

O sonho de grandeza, oh mãe querida
 Um dia separou vocês e eu
 Queria tanto ser alguém na vida
 E apenas sou mais um que se perdeu

Pegue a viola, e a sanfona que eu tocava
 Deixe um bule de café em cima do fogão
 Fogão de lenha, e uma rede na varanda
 Arrume tudo, mãe querida
 O seu filho vai voltar

Mãe, eu lembro tanto a nossa casa
 E as coisas que falou quando eu saí
 Lembro do meu pai, que ficou triste
 E nunca mais cantou depois que eu parti

Hoje eu já sei, oh mãe querida
 Nas lições da vida eu aprendi
 O que eu vim procurar aqui distante?
 Eu sempre tive tudo e tudo está aí

Pegue a viola, e a sanfona que eu tocava
 Deixe um bule de café em cima do fogão
 Fogão de lenha, e uma rede na varanda
 Arrume tudo, mãe querida
 O seu filho vai voltar
 Espera, minha mãe, estou voltando”

A busca por uma "vida melhor", como mencionado na canção, não se concretiza, pois o personagem se sente perdido na cidade e anseia retornar ao lar, como evidencia o verso: "O sonho de grandeza, oh mãe querida / Um dia separou vocês e eu / Queria tanto ser alguém na vida / E apenas sou mais um que se perdeu" (Chitãozinho & Xororó, 1985). A ausência de uma crítica direta ao processo de êxodo rural e à transformação do campo através do agronegócio

pode ser vista como uma simplificação do problema, contribuindo para uma visão distorcida da realidade do campo.

Constitui-se como um marco simbólico na trajetória da música sertaneja, justamente por operar uma representação afetiva do campo em meio a um período de intensas transformações socioeconômicas no Brasil. Em um contexto de redemocratização e expansão do agronegócio, a letra evoca a memória idealizada do interior como espaço de acolhimento, simplicidade e pertencimento, sem mencionar, contudo, as tensões estruturais que impulsionaram o êxodo rural.

A migração para a cidade, motivada pela modernização agrícola, pela mecanização do trabalho no campo e pela concentração fundiária, é reduzida a uma narrativa individual de fracasso e arrependimento, apagando-se os determinantes históricos mais amplos que forçaram milhões a abandonar suas raízes.

Do ponto de vista musical, a canção mobiliza elementos estéticos típicos do sertanejo de raiz, como a instrumentação acústica centrada na viola e na sanfona, e um ritmo moderado que favorece a introspecção emocional. A melodia, conduzida com precisão pelas vozes afinadas da dupla, transmite uma sensação de melancolia e ternura que se articula perfeitamente à narrativa lírica de retorno ao lar.

A composição constrói uma ambiência sonora que remete à experiência sensorial do campo: o bule de café sobre o fogão de lenha, a rede na varanda, o orvalho cobrindo as flores. Essa construção auditiva reforça a função nostálgica da canção, convidando o ouvinte a uma reconexão emocional com um passado idealizado, que se impõe como contraponto à hostilidade da vida urbana.

Entretanto, é na análise da letra que se evidencia a complexa operação simbólica da obra. O campo não é representado como lugar de carência ou exclusão, mas como paraíso perdido, cuja perda é atribuída ao desejo de "ser alguém na vida" uma ambição urbana frustrada. A figura materna torna-se o eixo central dessa memória, funcionando como guardião do afeto, da cultura e da identidade. Ao afirmar que "sempre tive tudo e tudo está aí", o eu lírico não apenas renuncia ao sonho de grandeza, mas reifica uma visão romantizada do campo, esvaziada de crítica social.

Nesse sentido, *Fogão de Lenha* atua como consolo, servindo a uma estética da saudade que, embora poderosa em seu apelo emocional, contribui para a naturalização da migração rural e silencia as contradições do modelo de desenvolvimento vigente. O arrependimento não é apenas um fracasso pessoal, mas o testemunho de um projeto moderno falido para os sujeitos do campo. Contudo, a canção omite as causas estruturais dessa migração, preferindo tratar o

drama como escolha individual, e, por isso, deixa de problematizar a violência econômica que empurrou milhões para a cidade.

O ano de 1985 marca o fim da Ditadura Militar e o início da Nova República. Ao mesmo tempo, o país já vinha enfrentando, desde os anos 1970, um processo acelerado de modernização conservadora do campo, impulsionado pela Revolução Verde, pela expansão do agronegócio e pela concentração de terras.

Da mesma forma, a canção "*Estrada da Vida*" de Milionário & José Rico, lançada em 1982, utiliza a metáfora da estrada para simbolizar as dificuldades enfrentadas por quem busca uma nova vida. Embora também não mencione diretamente a migração rural-urbana, a música é uma expressão das lutas e dos desafios de quem sai do interior em busca de novas oportunidades.

“Nesta longa estrada da vida
Vou correndo e não posso parar
Na esperança de ser campeão
Alcançando o primeiro lugar

Na esperança de ser campeão
Alcançando o primeiro lugar

Mas o tempo cercou minha estrada
E o cansaço me dominou
Minhas vistas se escureceram
E o final da corrida chegou

Este é o exemplo da vida
Para quem não quer compreender
Nós devemos ser o que somos
Ter aquilo que bem merecer

Nós devemos ser o que somos
Ter aquilo que bem merecer

Mas o tempo cercou minha estrada
E o cansaço me dominou
Minhas vistas se escureceram
E o final desta vida chegou”

A letra enfatiza o sofrimento e a persistência diante das adversidades: "Estrada da vida / O meu caminho é difícil / Mas vou tocar a minha vida / Porque não posso parar" (Milionário & José Rico, 1982). Aqui, a estrada não é apenas um caminho físico, mas um reflexo dos obstáculos emocionais e econômicos enfrentados por aqueles que, muitas vezes, são forçados a migrar devido à escassez de oportunidades no campo, frequentemente exacerbada pelos efeitos negativos do agronegócio, como a concentração de terras e o uso de agrotóxicos.

Do ponto de vista musical, *Estrada da Vida* articula elementos que extrapolam o universo do sertanejo tradicional, aproximando-se de sonoridades típicas do bolero, o que confere à canção um caráter quase de lamento. A presença do violino, do acordeão e das harmonias em tom menor acentuam. As interpretações vocais carregadas de emoção especialmente os vibratos intensos de José Rico, constroem uma sonoridade encorpada, que não apenas acompanha, mas intensifica o drama narrativo. A composição se organiza em torno de uma estrutura melódica simples, porém cuidadosamente desenhada para dar voz à angústia do sujeito lírico, que corre, mas não alcança; luta, mas é vencido pelo tempo. A musicalidade, portanto, não é mero suporte, mas forma expressiva que traduz o esgotamento físico e simbólico de um corpo social em trânsito forçado.

A letra da canção, com sua economia poética e riqueza simbólica, condensa em poucas estrofes uma profunda reflexão sobre os limites da vontade individual diante de estruturas que oprimem. A estrada torna-se metáfora da existência em movimento, diante essa interpretação, uma existência exausta, fadada ao fracasso, apesar do esforço constante.

A figura do “campeão” que não chega ao fim da corrida apresenta sem precisar nomear, a falência da retórica meritocrática, que prometia vitória a quem lutasse o suficiente. O verso “nós devemos ser o que somos, ter aquilo que bem merecer” pode ser lido como resignação ou ironia amarga diante de um destino que pouco permite ser escolhido.

Essas músicas sertanejas, ao retratar o campo, tendem a ocultar ou minimizar os impactos reais do agronegócio, um fator crucial que impulsionou o êxodo rural. Segundo Ana Manoela Chã (2016, p. 133), a Indústria Cultural tem desempenhado um papel importante em moldar a imagem do agronegócio, promovendo-o como um modelo de sucesso, ao mesmo tempo em que oculta suas contradições, como a destruição ambiental, a expropriação de terras e a exclusão social.

Esse processo ideológico se reflete nas músicas sertanejas, que frequentemente apresentam o campo como um espaço de oportunidades e simplicidade, desconsiderando as lutas reais enfrentadas pelos trabalhadores rurais e pela população que migra para as cidades. Chã observa que "os mecanismos de propaganda do agro servem como uma maneira de

reposicionar a imagem do setor perante a sociedade e ocultar suas contradições" (2016, p. 133), o que contribui para a perpetuação de um modelo agroindustrial que desconsidera os efeitos negativos dessa transformação no interior do Brasil.

Ao contrastar as representações da música caipira e da música sertaneja, fica claro que a canção, especialmente a partir da década de 1980, foi profundamente influenciada pela indústria da música cultural, que modificou a sonoridade e as temáticas das letras para atrair um público mais amplo e gerar lucro. A música caipira, com sua origem nas histórias e experiências do campo, mantém um caráter mais autêntico e raiz, como exemplificado em "Baiano do Coco" de Tião Carreiro e Pardinho (1996), que conta a história de um migrante nordestino buscando trabalho em São Paulo. Esta canção, apesar de ser gravada em uma época posterior, preserva o estilo tradicional da moda de viola e trata de temas sociais profundos, como a migração em busca de oportunidades, sem esconder a dureza da realidade.

Em contraste, a duplas sertanejas dos anos 80 e 90, com artistas como Chitãozinho & Xororó e Milionário & José Rico, focou em emoções como a saudade e a perda, mas raramente aborda as complexidades sociais do êxodo rural e os impactos do agronegócio no campo. A transformação do sertanejo em um produto da indústria cultural, com letras mais curtas, repetitivas e temas emocionais simplificados, reflete a influência crescente das gravadoras e do mercado fonográfico, como apontam Monteiro, Fernandes e Costa (1998, p. 5), que afirmam que a indústria fonográfica "simplifica a música para que seja mais facilmente consumida pela massa". Assim, as canções se distanciaram das raízes da música caipira e contribuiu para a construção de uma narrativa mais superficial sobre a vida no campo, muitas vezes ignorando as questões estruturais que impulsionaram a migração do campo para a cidade.

A consolidação do agronegócio nas décadas de 1980 e 1990 se deu em um contexto de modernização conservadora no campo, em que a tecnificação da produção rural se associou a um processo de concentração fundiária e expulsão de pequenos produtores. No entanto, a música sertaneja que emergiu e ganhou espaço midiático nesse período muitas vezes omitiu esses conflitos estruturais, optando por narrativas de cunho sentimental que apelam à nostalgia e à idealização do passado. Essa construção ideológica da ruralidade atende aos interesses do circuito comercial musical, que conforme Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985), molda a cultura de massa para reforçar os valores dominantes e neutralizar discursos críticos.

A canção "*Chalana*", interpretada por Almir Sater em 1989, embora compostas décadas antes por Mario Zan e Arlindo Pinto, foi regrava e ressignificada dentro do novo contexto do sertanejo de mídia. Sua reinterpretação na trilha sonora da novela *Pantanal* (1990) reformulou o conteúdo poético da música para um público urbano que consumia a ideia de um

Pantanal místico e bucólico. A "chalana", que desliza silenciosa pelos rios, simboliza um modo de vida supostamente harmônico e sereno, afastando-se da realidade das transformações ambientais e sociais causadas pela expansão do agronegócio na região. Essa estetização da natureza e da vida rural serve a uma lógica de consumo que esvazia o conteúdo crítico das experiências do interior.

Lá vai uma chalana
Bem longe se vai
Navegando nas águas
Do rio Paraguai

E a saudade vai, vai com ela
Vai levando o meu coração
Ai que saudade que eu sinto
Do amor que deixei no sertão

Ai que saudade que eu sinto
Do amor que deixei no sertão

Lá vai uma chalana
Sem querer retornar
Vai levando saudade
De alguém que ficou a chorar

E a saudade vai, vai com ela
Vai levando o meu coração
Ai que saudade que eu sinto
Do amor que deixei no sertão

A letra da canção é breve, mas carregada de emoção e simbolismo. “A "chalana" que vai navegando nas águas do rio Paraguai" representa o deslocamento, o afastamento do lar e das origens. No entanto, a composição não deixa de maneira explícita as causas desse deslocamento, tratando-o como um movimento inevitável e poético, como se fosse natural abandonar o sertão por caminhos desconhecidos ou necessário. Esse tipo de representação corrobora com uma visão despolitizada do êxodo rural, diluindo suas raízes históricas e estruturais.

O verso “vai levando saudade de alguém que ficou a chorar” exemplifica como a narrativa da separação é mediada pelo sentimento e não pela análise crítica das condições que forçam a partida. A migração aparece como um fato consumado e individualizado, sem referências à concentração fundiária, à mecanização do campo ou às políticas estatais que favoreceram o agronegócio e marginalizaram pequenos agricultores. Trata-se de um deslocamento afetivo e lírico, que evita qualquer enfrentamento político das questões agrárias.

A música funciona, como um dispositivo de memória seletiva, em que a dor do distanciamento é suavizada pela beleza da paisagem natural e pelo lirismo musical. Essa estética se harmoniza com os valores da Indústria Cultural, que conforme aponta Ana Manoela Chã (2016), molda produtos culturais para garantir amplo consumo e aceitação. Assim, ao invés de retratar o drama social do campo, “*Chalana*” oferece ao público uma versão palatável e romantizada da vida rural e da migração.

Além disso, a contextualização de “*Chalana*” nos anos 1990, em meio à crescente urbanização e à consolidação do agronegócio como força econômica e simbólica, reflete o papel das mídias de massa em reforçar estereótipos sobre o campo como espaço nostálgico, despolitizado e harmônico. A novela Pantanal, (1990) exibida pela Rede Manchete por exemplo, ao utilizar a canção, contribuiu para cristalizar esse imaginário bucólico, enquanto, na realidade, a região vivia (e ainda vive) intensos conflitos por terra e desmatamento acelerado.

A estética da canção tanto em sua letra quanto em sua melodia reforça uma sensibilidade que se alinha ao “coração da cidade com saudade do campo”, mas que não quer verdadeiramente confrontar as razões pelas quais esse campo está sendo abandonado. O sentimento de saudade, amplamente explorado em canções sertanejas da época, passa a ser uma espécie de “afeto de mercado”, que longe de promover uma crítica social, serve para reconectar o público urbano com uma memória idealizada da vida rural.

O arranjo evita percussão marcada ou efeitos grandiosos, optando por uma instrumentação minimalista, com destaque para o dedilhando das cordas, que imitam, em sua fluidez, o movimento contínuo e silencioso da própria chalana sobre o rio. Pequenos acentos melódicos em violas e intervenções ocasionais de gaita ou sanfona discreta reforçam esse clima ribeirinha. A canção prioriza a clareza das cordas e a proximidade da voz, o que aproxima a música do ouvinte, como se se tratasse de uma confidência íntima. A estética musical, portanto, não apenas embala o conteúdo lírico da saudade, mas o transforma em experiência sensorial uma memória sonora do campo que parece flutuar, como a chalana, entre o real e o imaginado.

É importante destacar que a revalorização dessas canções no espaço urbano não se dá por acaso. Elas se tornam mercadorias culturais que evocam pertencimento, raízes e uma

brasilidade forjada em imagens de simplicidade e paz rural. Entretanto, ignora o conflito de classes, as disputas por território e a precarização da vida no campo que marcaram as décadas de 1980 e 1990, sobretudo com o avanço do agronegócio.

Dessa maneira, “*Chalana*”, tal como outras canções sertanejas do período, atua como um véu lírico sobre a dura realidade social da qual emerge. A paisagem sonora do sertanejo moderno se afasta do retrato real da vida rural dos trabalhadores do campo, das pessoas que buscam tirar dali seu sustento, e adota uma linguagem emocionalmente apelativa, muitas vezes esvaziada de crítica. A voz do migrante, na canção, não denuncia, apenas lamenta o que revela os limites impostos pelo mercado cultural às expressões populares que um dia foram resistência.

Portanto, a inserção de “*Chalana*” nesse contexto analítico nos permite entender como as representações da música sertaneja nos anos 1980 e 1990 não apenas espelham sentimento de perda e deslocamento, mas também ajudam a moldar uma narrativa consensual sobre o campo e a migração. Uma narrativa que silencia o conflito e promove o consumo de uma saudade que, se por um lado conforta, por outro, aliena.

4.2. Representações de saudade e perda nas músicas sertanejas dos anos 1980 e 1990

Outro exemplo representativo da forma como a música sertaneja dos anos 1980 e 1990 expressa sentimentos de saudade e perda ligados ao êxodo rural é a canção “Saudade da Minha Terra” (1966), eternizada por Belmonte & Amaraí, mas que voltou ao sucesso nas vozes de artistas dos anos 1980 e 1990 como Chitãozinho & Xororó. A letra narra o drama da migração: “Estou de volta pro meu aconchego / Trazendo na mala bastante saudade”. Ainda que a música remeta à dor do deslocamento, o tom melódico e a ausência de uma problematização concreta das causas estruturais dessa migração como o avanço da monocultura e a mecanização da agricultura mostram como o drama social é convertido em uma experiência lírica e mercadológica.

Essas letras funcionam como dispositivos de domesticação simbólica do campo. Ao emoldurar o interior como espaço de afeto e pureza, despolitiza-se o debate sobre os conflitos agrários, a grilagem de terras, os impactos ambientais e a marginalização dos camponeses. Trata-se de uma forma de “apagamento cultural”, como sugere o historiador Eric Hobsbawm (1995), que denuncia como as tradições podem ser inventadas ou manipuladas para reforçar determinadas visões de mundo, mascarando as rupturas sociais reais.

A atuação da Indústria Cultural nesse processo é decisiva. Segundo Marcos Napolitano (2001), a cultura de massa no Brasil passou a exercer um papel central na conformação de

identidades sociais durante a redemocratização. O sertanejo midiático surge, portanto, como um gênero funcional a esse novo contexto político-econômico, em que a ideologia do progresso e da modernidade rural se impunha ao mesmo tempo em que os antigos modos de vida camponesa eram destruídos. A imagem do interior transmitida pelas músicas, dessa forma, deixa de ser uma representação crítica da realidade e se transforma em um produto cultural conciliador, moldado para o consumo urbano.

Além disso, a urbanização do sertanejo não se restringe apenas ao conteúdo das letras. A própria estética musical é transformada: há uma aproximação com arranjos do pop internacional, com o uso de sintetizadores, guitarras elétricas e batidas mais dançantes. Essa mudança de sonoridade é acompanhada por uma reconfiguração do sujeito sertanejo, que deixa de ser o trabalhador do campo para se tornar o sujeito sensível e introspectivo das grandes cidades. Essa descaracterização enfraquece a memória rural e contribui para a consolidação de um sertanejo "desenraizado", como propõe a pesquisadora Claudia Neiva de Matos (2010), tornando-o inócuo do ponto de vista político.

O êxodo rural, nesse contexto, é retratado mais como um drama pessoal do que como um fenômeno social e econômico. A emoção é esvaziada de historicidade. O sofrimento do migrante se torna uma experiência individual, dissociada de qualquer crítica estrutural. Em vez de denunciar o sistema que expulsa o camponês de sua terra, a música oferece consolo e resignação, reforçando a lógica da meritocracia e do destino pessoal. Assim, a cultura musical da época reforça o ideal neoliberal que começou a ganhar força no Brasil nos anos 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso e as reformas de mercado.

Mesmo as canções que, à primeira vista, parecem carregar certo teor de denúncia, acabam se acomodando dentro dessa moldura sentimental. A dor é estetizada, a angústia é ritmada, e o conflito é amenizado. A experiência do migrante é representada como uma jornada de autoconhecimento e saudade, não como consequência de um modelo de desenvolvimento excludente e predatório. O que se oferece ao ouvinte é uma catarse emocional, não uma reflexão política.

É importante destacar, entretanto, que essa lógica não é exclusiva do sertanejo, mas comum a vários gêneros que foram absorvidos pela indústria cultural, como o samba, o forró e até o rap em certos contextos. O diferencial do sertanejo reside no fato de ter se tornado, nas décadas de 1980 e 1990, o principal gênero musical a representar a identidade rural brasileira, mesmo que de forma idealizada e mercantilizada. Isso lhe confere uma responsabilidade simbólica maior na construção do imaginário coletivo sobre o campo.

Portanto, o sertanejo dessa época não apenas acompanhou, mas também colaborou com a reconfiguração simbólica do campo no imaginário nacional. Ele tornou-se um instrumento eficaz de naturalização do agronegócio como modelo hegemônico, ao mesmo tempo em que silenciou as vozes daqueles que foram excluídos desse processo. Ao romantizar a vida no campo e despolitizar o êxodo rural, a música sertaneja das décadas de 1980 e 1990 contribuiu para a consolidação de uma narrativa que legitima a modernização conservadora e apaga os conflitos sociais.

Considerando tal cenário, torna-se fundamental resgatar as expressões musicais que ainda mantêm um compromisso com a crítica social, como algumas vertentes do sertanejo raiz, das modas de viola e dos cantadores populares, que, embora marginalizados pela grande mídia, continuam a denunciar as injustiças vividas pelos trabalhadores rurais. Em tempos de avanço do agronegócio e retrocessos nos direitos trabalhistas no campo, revisitar essas vozes é não apenas um exercício de memória, mas também um gesto de resistência cultural.

As análises de canções como *Fogão de Lenha* (1985), *Estrada da Vida* (1982) e *Chalana* (relida por Almir Sater nos anos 1990) revelam como as canções, ao longo das décadas de 1980 e 1990, passaram a desempenhar um papel ambíguo na representação do campo e da migração rural-urbano no Brasil. Se por um lado essas canções expressam sentimentos profundos de saudade, frustração e deslocamento, por outro, elas frequentemente romantizam o sofrimento, neutralizando as causas estruturais da migração rural e ocultando os impactos da modernização agrícola, da concentração fundiária e da expansão do agronegócio.

A narrativa lírica presente nessas obras evidencia uma construção simbólica do campo como espaço de memória afetiva e não como lugar de conflito social. A simplificação ou a omissão das condições que levaram milhões de brasileiros a deixarem o interior em busca de oportunidades nas cidades corresponde a um processo de estetização do êxodo rural. Essa estetização, conforme denunciado por autores como Ana Manoela Chã (2016), atende aos interesses da Indústria Cultural, que reconfigura a arte popular para o consumo massivo, apagando suas potências críticas.

Ademais, colunas culturais e críticas musicais desses mesmos periódicos relatam, com frequência, a transformação da música sertaneja em produto da indústria fonográfica, destacando a mudança de sonoridade, a substituição das violas por teclados e a preferência das gravadoras por temáticas mais palatáveis ao gosto urbano. Em entrevistas, Zuza Homem de Mello, analisa o esvaziamento do conteúdo social das canções e sua adequação às lógicas de mercado, convidado do Café Filosófico CPFL para lançar seu livro, “Música com Z”, o escritor diz abominar o sertanejo universitário e o falso brega, deixando nítido que no decorrer desse

processo a essência da música sertaneja raiz, vem se perdendo. Tais fontes são essenciais para entender a pressão sofrida pelos artistas e os mecanismos de censura simbólica impostos pela lógica do entretenimento e do lucro.

Na canção mencionada anteriormente, “Saudade da minha terra” composta por Goiá (nome artístico de Gerson Coutinho da Silva) e Belmonte (Paschoal Zanetti Todarelli). Lançada em 1966 pela dupla Belmonte & Amaraí, é possível analisarmos o quão complexa é a adaptação de um indivíduo que pelas adversidades da vida precisou sair do campo para migrar até os centros urbanos. A música revela logo no início “Êta saudade danada!”.

Êta saudade danada!
 Eu vou contar pra vocês
 Como é que foi a minha sorte
 Eu nasci lá no sertão
 Bem distante da cidade
 Criei-me no campo alegre
 Com saúde e liberdade
 Porém chegou um momento
 Que tudo se transformou
 Faltou o café na mesa
 E a gente até chorou
 E vi que a cidade grande
 Era a solução
 Peguei um trem de saudade
 Parti de madrugada
 Deixando pai e mãe velhinhos
 Minha noiva abandonada
 O que eu via pela frente
 Era só desilusão
 Mas fui embora chorando
 Com dor no coração
 Saudade da minha terra
 Do verde do cafezal
 Do campo que o sol aquece
 Das noites de lindo luar
 Das manhãs de passarinho
 Cantando pra me acordar
 Da chuva batendo em folhas
 No telhado a pingar
 Do cheiro da terra molhada
 Que chega pra perfumar
 Tudo isso em minha vida
 Nunca deixou de estar
 Hoje que já sou alguém
 Na cidade em que eu vivo
 Tenho dinheiro e conforto
 Mas não tenho um bom motivo
 Pra dizer que sou feliz
 Com tudo que conquistei
 A lembrança de minha terra
 Jamais esquecerei
 Saudade da minha terra
 Do verde do cafezal
 Do campo que o sol aquece

Das noites de lindo luar
 Das manhãs de passarinho
 Cantando pra me acordar
 Da chuva batendo em folhas
 No telhado a pingar
 Do cheiro da terra molhada
 Que chega pra perfumar
 Tudo isso em minha vida
 Nunca deixou de estar

A canção em sua letra expressa com intensidade emocional a angústia do migrante que deixa o meio rural não por desejo, mas por necessidade. Já na primeira estrofe apresenta a motivação a qual levou a partida do indivíduo do meio rural para os centros urbanos. A motivação descrita, seria a crise econômica e a precariedade no campo “Faltou o café na mesa / E a gente até chorou”. O trabalho no campo portanto, já não sustentava mais a família, o que leva o sujeito lírico a enxergar a cidade como “a solução”. Esse verso é central para entender como a cidade era idealizada por muitos como espaço de oportunidades, mas logo se revela um ambiente de desilusão e estranhamento: “O que eu via pela frente / Era só desilusão”.

A cidade, nessa narrativa, aparece como espaço inóspito, onde o migrante, mesmo após alcançar sucesso material, “Tenho dinheiro e conforto / Mas não tenho um bom motivo / Pra dizer que sou feliz” não encontra pertencimento, no local onde foi obrigado pela necessidade de subsistência a se tornar seu lar. Isso mostra na canção, que a adaptação urbana para o eu-lírico é incompleta, pois a identidade do sujeito está profundamente enraizada na vida rural. A cidade não preenche os vazios emocionais provocados pela separação da terra natal, da família, da noiva, do modo de vida sertanejo. O uso de imagens sensoriais ligadas ao campo, “cheiro da terra molhada”, “chuva batendo em folhas”, “passarinho cantando pra me acordar”, reforça o contraste entre um mundo perdido e uma realidade indesejada.

Sendo assim, a canção dialoga diretamente com a experiência de milhares de brasileiros que migraram para os centros urbanos nas décadas de 1960 a 1990, especialmente durante o auge do êxodo rural. Ela não idealiza a cidade, mas sim traz saudosismo ao campo como espaço de autenticidade e pertencimento, mesmo que este também seja marcado por dificuldades. A urbanização, nesse sentido, é apresentada como um processo doloroso, marcado por uma perda identitária e a necessidade de migrar para buscar melhores condições de vida. “Criei-me no campo alegre/Com saúde e liberdade”

Musicalmente, a obra se insere na tradição do sertanejo de raiz, com arranjos simples centrados na viola e na segunda voz marcada e acentuam o caráter intimista e confessional da narrativa, utilizando a sanfona e o baixo acústico. A métrica fluida, o andamento moderado e a melodia em tom maior com inflexões melancólicas sustentam um sentimento de saudade que

não é apenas nostálgico, mas profundamente identitário. A voz do intérprete carrega emoção que tensiona o contraste entre a aparente vitória econômica na cidade e a perda afetiva irreparável da vida rural.

Sendo assim, diante essa letra podemos analisar a adaptação dos migrantes e a visão da realidade urbana, visto a dificuldade encontrada pelos migrantes para se adaptarem ao novo ambiente, visto a distinção dos cenários nos quais o personagem da faixa se encontra, no primeiro momento, nota a necessidade de buscar melhorias de vida, logo que chega e conquista o almejado, nota que a infelicidade o acompanha, visto que não deseja estar em ambientes urbanos, e com muito saudosismo recorda de como era no campo, mesmo levando em consideração a necessidade que o fez sair do campo é nítido que o desejo de vivenciar as sensações de que a vida no campo proporciona estão presentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou de maneira crítica as relações entre o êxodo rural, a consolidação do agronegócio e as representações simbólicas da vida no campo na música sertaneja brasileira entre as décadas de 1980 e 1990. A análise revelou como a indústria cultural, ao apropriar-se da música sertaneja, desempenhou um papel estratégico na construção de um imaginário rural idealizado, contribuindo para a naturalização de um modelo de desenvolvimento excludente, marcado pela concentração fundiária, pela mecanização da produção e pela expulsão de trabalhadores do campo.

No Capítulo 1, evidenciou-se como o agronegócio brasileiro foi impulsionado pela modernização conservadora promovida durante a Ditadura Militar. Nesse processo, políticas como o Estatuto da Terra e programas de expansão agrícola favoreceram grandes proprietários em detrimento das populações camponesas, o que agravou desigualdades históricas e resultou em um intenso êxodo rural. Essa migração forçada gerou impactos sociais profundos tanto nas regiões urbanas, com o crescimento das periferias e da informalidade, quanto nas regiões rurais, com o esvaziamento das comunidades tradicionais e o avanço de conflitos fundiários.

Já no Capítulo 2, a pesquisa demonstrou como o gênero sertanejo, originalmente ligado à música caipira e à vivência no campo, foi transformado pela indústria cultural em um produto de massa. O sertanejo das décadas de 1980 e 1990 passou por um processo de modernização estética e simbólica, adotando elementos de outros gêneros musicais e priorizando temas afetivos e universais. Essa reformulação promoveu uma ruptura com as raízes críticas da música rural, ao mesmo tempo em que oferecia ao público urbano uma imagem nostálgica e conciliadora do campo, ignorando suas tensões e contradições.

O Capítulo 3 aprofundou a análise de letras de músicas sertanejas emblemáticas, evidenciando como elas retratam o deslocamento rural com forte apelo emocional, mas esvaziam seu conteúdo político. Canções como *Fogão de Lenha*, *Estrada da Vida* e *Chalana* reforçam uma narrativa que transforma o sofrimento da migração em saudade e arrependimento individual, ocultando as causas estruturais do êxodo rural. Essa representação sentimentalizada, promovida por uma indústria cultural orientada pelo consumo, dilui a crítica social e reforça uma memória seletiva que silencia as violências do agronegócio e da repressão no campo.

Dessa forma, conclui-se que a música sertaneja analisada neste trabalho atua de forma ambígua: por um lado, funciona como registro simbólico de sentimento de perda e desenraizamento vividos por migrantes rurais; por outro, colabora com a reprodução de um discurso hegemônico que romantiza o campo e legitima o modelo de desenvolvimento rural excludente. A consolidação do agronegócio no imaginário nacional se dá, em parte, por meio dessas narrativas musicais que esteticizam a ruralidade, neutralizam o conflito e convertem a dor em produto cultural.

A relação entre o agronegócio, a música sertaneja e o êxodo rural, portanto, configuram-se como uma situação complexa que articula questões econômicas, ideológicas e sonoras. A partir da década de 1980, com a intensificação da modernização agrícola e a concentração fundiária promovida pelo agronegócio, e incentivada pelo período de ditadura militar, que almejava mecanizar o campo e aumentar a produção, o campo brasileiro passou a ser marcado por uma lógica produtivista, mecanizada e excludente, que contribuiu diretamente para o

deslocamento em massa das populações rurais em direção aos centros urbanos, visto a necessidade.

Nesse cenário, as canções, enquanto produto da indústria cultural, passou a desempenhar um papel ambíguo: por um lado, tornou-se uma ferramenta de construção ideológica, suavizando as contradições sociais do campo ao romantizar a vida rural e apagar os conflitos fundiários; por outro, sua sonoridade também foi moldada por esse novo contexto, abandonando progressivamente os elementos da música caipira tradicional, como a viola de dez cordas e a temática do cotidiano campesino, para adotar arranjos mais urbanos, com teclados, guitarras e batidas pop, alinhando-se aos valores de consumo e entretenimento promovidos por uma classe média urbana que se desconectava da realidade do campo.

Assim, a música sertaneja passou a refletir e reforçar os processos de reconfiguração social provocados pelo avanço do agronegócio, ao mesmo tempo em que participa da estetização de um campo idealizado, distante das mazelas que motivaram o êxodo rural. Trazendo esse campo com ausência de problemas e deixando no imaginário da população urbana e dos migrantes a visão de um campo que por vezes não se assemelha a realidade de um trabalhador rural que busca trabalhar o campo para conseguir se manter no mesmo, sendo muitas vezes obrigado a deixar o ambiente rural, pelos problemas ocasionados pelo agronegócio, sejam pelos usos de agrotóxicos que impossibilitam o solo de ser fértil ou de manter fauna e flora, assim como a poluição de rios e desmatamento em busca de ampliar as produções do agronegócio.

O estudo aqui desenvolvido propõe-se a contribuir para uma leitura crítica da cultura popular como espaço de disputa simbólica, revelando como manifestações musicais aparentemente inofensivas podem operar como instrumentos ideológicos, reforçando estruturas de poder e ocultando desigualdades sociais. Compreender a música sertaneja sob essa perspectiva é também uma forma de interrogar os usos da cultura na legitimação de projetos políticos e econômicos.

6. REFERÊNCIAS:

Referências:

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1991;

ALMEIDA, Maria das Dores Campos de. *Territorialidades sonoras: o sertanejo como linguagem e como mercado*. In: DANTAS, Carolina; PEREIRA, Cláudia (org.). *Cultura popular e comunicação: interfaces contemporâneas*. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 129-145;

ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul–1960/1970. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, v. 21, n. 45, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155;

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003;

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução: Heloísa Jahn. São Paulo: EdUSP, 1997;

_____, Néstor García. *Leitores, espectadores e internautas: a nova paisagem da comunicação*. Tradução: Léo Schlafman. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008;

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. *Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*. 2016;

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016; Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=j7MiAAAAIBAJ>. Acesso em: 22 jan. 2025. INFOESCOLA. *Década perdida: 1980–1990*. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/decada-perdida-1980-1990/>. Acesso em: 22 jan. 2025;

DIAS, Alessandro Henrique Cavichia. Sertanejo caipira ou caipira sertanejo: As definições da música rural brasileira na coleção ‘nova história da música popular brasileira’. *Revista de História Bilros: História (s), Sociedade (s) e Cultura (s)*, v. 2, n. 03, 2014;

FERNANDES, E.; STEDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil: do latifúndio ao agronegócio*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1999;

FRITSCH, Luís Eduardo. *Análise das representações sociais do êxodo rural contidas na música gauchesca*. 2022;

GASQUES, J. G.; ARAÚJO, E. C. de. *A modernização da agricultura brasileira e a indústria de máquinas agrícolas: uma análise histórica*. Texto para Discussão nº 1.103. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10339/15/Uma_jornada_Cap10.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025;

GUIARRARA, Paloma. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mst.htm>. Acesso em: 22 jan. 2025;

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_1985_v1_br.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 1995–1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_1995-1996_v1_br.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos 1980–1991: distribuição da população rural e urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991;

MAIA, Ari Fernando; ANTUNES, Deborah Christina. Música, indústria cultural e limitação da consciência. *Revista Mal-estar E Subjetividade*, v. 8, n. 4, p. 1143-1176, 2008;

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1996;

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 28, p. 103-124, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O Brasil moderno é sertanejo: notas sobre um novo ethos político*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 13-30, jan./abr. 2006;

POCHMANN, M. *O emprego no desenvolvimento da nação: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Hucitec, 1999;

REIS, Caroline Coelho de Oliveira. Luiz Gonzaga e a construção do imaginário popular do sertão. 2021.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2000;

SILVA, Fernanda Lopes. *Feminilidade e afirmação nas letras de Roberta Miranda: a mulher na canção sertaneja dos anos 1990*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 83-97, 2020;

TINHORÃO, José Ramos. *Música popular: um tema em debate*. São Paulo: 34, 2013.

VIANNA, Hermano; NAPOLITANO, Marcos. *Música Popular Brasileira*. São Paulo: Moderna, 2002;

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. *Expansão da fronteira agrícola no Brasil: desafios e perspectivas*. Texto para Discussão, 2016;

Referências fonográficas:

BELMONTE; AMARAÍ. Saudades da minha terra. Intérpretes: Belmonte & Amaraí. São Paulo: Chantecler, 1966. 1 disco (LP).

CHITÃOZINHO; XORORÓ. Fogão de lenha. Intérpretes: Chitãozinho & Xororó. São Paulo: Copacabana, 1987. 1 disco (LP).

SÉRGIO, José Rico; MORAES, Benedito Sevierio (Milionário). Estrada da vida. Intérpretes: Milionário & José Rico. São Paulo: Continental, 1977. 1 disco (LP).

PANTERA, Mário Zan; NEVES, Arlindo Pinto. Chalana. Intérprete: Almir Sater. São Paulo: Som Livre, 1990.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO ELETRÔNICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA BASE DE DADOS DA BIBLIOTECA

1. Identificação do material bibliográfico:

☒ Monografia ☐ TCC Artigo

Outro: _____

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Centro: Campos Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB) — Universidade Federal do Piauí

Autor(a): MARIA MIKELLY DA SILVA RIBEIRO

E-mail (opcional): mikellyribeiro@ufpi.edu.br

Orientador (a): Dr. Fernando Muratori Costa

Instituição: Universidade Federal do Piauí campos Senador Helvídio Nunes de Barros

Membro da banca: Dr. Raimundo Nonato Lima Dos Santos

Instituição: Universidade Federal do Piauí campos Senador Helvídio Nunes de Barros

Membro da banca: Dr. Rafael Ricarte Da Silva Instituição: Universidade Federal do Piauí campos Senador Helvídio Nunes de Barros

Membro da banca: Dr. Fernando Muratori Costa Instituição: Universidade Federal do Piauí campos Senador Helvídio Nunes de Barros

Titulação obtida: Licenciado em História

Data da defesa: 25/06/25

Título do trabalho: ÊXODO RURAL EM CANÇÕES

SERTANEJAS DOS ANOS 1980 E 1990: a indústria cultural, diante da Problemática do agronegócio”.

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [X]

Parcial: []. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: _____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a portaria nº 360, de 18 de maio de 2022 que dispõe em seu Art. 1º sobre a conversão do acervo acadêmico das instituições de educação superior - IES, pertencentes ao sistema federal de ensino, para o meio digital, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, na base dados da biblioteca, no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Picos-PI

Data: 17/08/2025

Assinatura do(a) autor(a): _____



Documento assinado digitalmente
MARIA MIKELLY DA SILVA RIBEIRO
Data: 17/08/2025 10:41:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).